



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS UFGD**  
**FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – FADIR**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VITOR HUGO NOVAIS ZANATTO

**BELO MONTE: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS PARA PAZ**

DOURADOS - MS

2017

VITOR HUGO NOVAIS ZANATTO

**BELO MONTE: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS PARA PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor João Nackle Urt.

DOURADOS - MS

2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

Z27b Zanatto, Vitor Hugo Novais

Belo Monte: Uma Análise à Luz dos Estudos para Paz / Vitor Hugo Novais  
Zanatto -- Dourados: UFGD, 2017.

61f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Nackle Urt

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e  
Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. UHE. 2. Triângulo da Violência. 3. Econômico. 4. Social. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11/08/2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o aluno **Vitor Hugo Novais Zanatto** tendo como título “**Belo Monte: Uma Análise à Luz dos Estudos para Paz**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. João Nackle Urt (orientador), Me. Deborah Silva do Monte (examinadora) e Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

**Dr. João Nackle Urt**  
Orientador

**Me. Deborah Silva do Monte**  
Examinador

**Dr. Mario Teixeira de Sá Junior**  
Examinador

Dedico este trabalho aos meus amados pais,  
aqueles que sempre se esforçaram para proporcionar as  
bases para construir os meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, pois Ele é quem tem conduzido os meus pés neste caminho até a conclusão desta etapa, além de me guardar e ser socorro presente nas minhas horas de maior angústia.

Agradeço também aos meus amados pais, os quais sempre ouviram os meus sonhos e sempre me deram base para a construção dos mesmos. Agradeço-os também pelo amor, e pela compreensão. Sei que a saudade se tornou uma constante quando os quilômetros se puseram entre nós, todavia nossa relação maturou e se tornou algo da qual posso me orgulhar: além de pais, tenho amigos.

Também agradeço aos meus avós, irmãos e demais familiares que de alguma forma se mostraram presentes em toda essa jornada e me auxiliariam de alguma forma, apesar da distância.

À minha namorada Flavia, a qual tem me ajudado nesta empreitada, me apoiou e foi paciente para ouvir as minhas reclamações e sempre acreditou em mim.

Às amigas Bruna e Thais, as primeiras amigas que fiz na universidade e me auxiliaram várias vezes neste trajeto. Agradeço pelos conselhos, risadas, trabalhos e bons momentos compartilhados.

Agradeço à professora Tchella, pois ela foi quem me apresentou os Estudos para Paz e fez com que essa paixão por esse tema surgisse em mim. Claro, também não posso deixar de mencionar as incríveis aulas que pode proporcionar. Agraço ao professor João, meu orientador, pela sua paciência e me guiar na produção deste trabalho.

Aos amigos Caio e Denis, os primeiros que me acolheram na cidade de Dourados e muito me ajudaram quando comecei o meu processo de transição para cá. Vos agradeço pela amizade.

Liezer, Liziani, Rodrigo, Gabriel e Miguel, vos agradeço de todo o meu coração pela vossa amizade! Pelos momentos de riso, diversão e até mesmo os momentos de choro. Amigos que carregarei para toda vida e sempre poderei contar.

Por último e não menos importante, agradeço ao Thiago e à Ludymila, os melhores amigos que a cidade de Dourados poderia me dar. Vos agradeço pelos risos, pelas brincadeiras de

baixo calão, pelas idiotices. Vos agradeço pelas chamadas de atenção, compreensão, parceria e até as sessões de terapia nos leões. Estou certo de que não ganhei somente melhores amigos, mas ganhei irmãos para uma vida.

Não mencionei a todos aqui que fizeram parte desse capítulo da minha história, mas saibam, todos vocês que de alguma forma participaram desta narrativa, vocês sempre estarão em meu coração.

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse caridade, seria como o metal que soa ou como o sino que tine. E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse caridade, nada seria.

**1 Coríntios 13: 1, 2.**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar e analisar o caso da construção da UHE de Belo Monte e seu impacto desenvolvimentista, econômico, ambiental e social empregado, de forma que mine as bases para uma sociedade harmônica. O mesmo será realizado por meio de uma metodologia embasada na revisão e na pesquisa bibliográfica juntamente a vertente teórica dos Estudos para Paz que fornecerá as ferramentas e meios necessários, como a abordagem do Triângulo da Violência do pensador norueguês para paz Johan Galtung. A motivação para a realização deste trabalho é devido à carência acadêmica presente na área dos Estudos para a Paz e também o interesse e relevância pessoal que o tema desponta no autor do mesmo.

**PALAVRAS-CHAVES:** “UHE”; “Triângulo da Violência”; “Econômico”; “Social”.

## **ABSTRACT**

The present work aims to study and analyze the construction case of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant and its developmentalist, economic, environmental and social impact and how it undermines the basis for a harmonic society. The work will be done through a methodology based on review and bibliographical research along the theoretical strand of Peace Studies, which will provide the necessary tools and means for its approach, such as the Violence Triangle approach of the Norwegian peace thinker Johan Galtung. The motivation for the accomplishment of this work is due to the academic deficiency present in the area of the Peace Studies and also the interest and personal relevance that the theme causes in the author of this work.

**KEY-WORDS:** “Hydroelectric Power Plant”; “Violence Triangle”; “Economic”; Social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 – ESTUDOS PARA PAZ: CAPTULAÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 2 – “TRIÂNGULO DA VIOLÊNCIA”</b> .....	26
2.1 DIMENSÕES E DEFINIÇÕES DE VIOLÊNCIA DIRETA E ESTRUTURAL .....	26
2.2 DIMENSÕES E DEFINIÇÕES DE VIOLÊNCIA CULTURAL .....	32
2.3 RELAÇÃO ENTRE AS VIOLÊNCIAS DIRETA, ESTRUTURAL E CULTURAL .....	33
2.4 SOBRE A PAZ.....	37
<b>CAPÍTULO 3 - BELO MONTE: UMA ANÁLISE SOB A TRILOGIA DA VIOLÊNCIA</b> .....	39
3.1 ACERCA DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.....	39
3.2 ANÁLISE DE CASO .....	40
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## INTRODUÇÃO

Os Estudos para Paz, construído como uma vertente teórica crítica do campo das Relações Internacionais, portanto alternativo à ciência normal das Relações Internacionais, são muitas vezes referidos como elemento de destaque dentro do bloco de correntes teóricas que concretizam a ruptura pós-positivista no campo das Relações Internacionais (PUREZA; CRAVO, 2005), um campo díspar em que se entrelaça vieses “feministas com os estudos de teoria crítica, com o desconstrucionismo e com as novas formulações normativas” (PUREZA; CRAVO, 2005, p. 2). Deste modo, num âmbito de debate epistêmico interno a esta área do saber, as diversas vertentes pós-positivistas admitem uma mesma vontade de ruptura com o modelo realista da disciplina de Relações Internacionais (PUREZA; CRAVO, 2005).

Os Estudos para Paz, como diz Guzmán (2005, p. 2), conscientizam a respeito do sofrimento que o ser humano pode causar ao seu semelhante como também a própria natureza, e o enalce de vias pacíficas de transformação das relações humanas que sejam alternativas às guerras, à marginalização e à exclusão, que são formas de manifestação desse sofrimento.

Desta maneira, nas investigações de estudos para a paz se demanda uma convergência multidisciplinar, e multicultural, “de todas as culturas ou modos através dos quais os grupos humanos demonstraram a sua capacidade em cultivar as próprias relações entre os seus membros e com a natureza” (GUZMÁN, 2005, p.3). Assim, os Estudos para Paz buscam identificar e analisar a gama de dispositivos produtores de violência, sempre no entendimento de objetar com dinâmicas e objetos de paz (PUREZA, 2005).

Johan Galtung, pensador para paz norueguês, é sem dúvida um dos maiores “artífices” da *Peace Research*. O mesmo propõe uma interpretação macrossocial e macro histórica “desta simetria entre dimensões da violência e experiências de paz (PUREZA, 2005, p. 3). Para tal, e utilizando daquilo que chama por formação social indo-europeia, Galtung examina e elucida a multidimensionalidade quer da violência – direta, estrutural e cultural -, quer da paz (PUREZA, 2005).

Atualmente, são diversas as manifestações de violência em nossa sociedade e que trazem sofrimento ao ser humano. Por conseguinte, este trabalho realizará uma análise de

como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte mina as bases para uma sociedade harmônica.

Para tal estudo, o trabalho está dividido em três partes. A primeira abordará o campo teórico dos Estudos para Paz e como o mesmo tomou força e se desenvolveu, apresentando influência e conduções que estruturam as bases para a formação do que hoje conhecemos por Estudos para Paz.

A segunda parte apresentará a teoria do Triângulo da Violência, que ajudará na análise sobre como a construção da Usina de Belo Monte mina as bases para uma sociedade harmônica. Para tal, assim como realiza o pensador para paz Johan Galtung, o Triângulo da Violência terá os seus três “vértices” expostos e explanados, são eles: Violência Direta, Violência Estrutural e Violência Cultural. A compreensão dos três vértices ajudará interpretar as manifestações de violência em torno da construção da UHE de Belo Monte e como o empreendimento gera sofrimento àqueles atingidos pelo mesmo.

A terceira e última parte do trabalho apresentará dados sobre o empreendimento da UHE de Belo Monte e dados/informações de acontecimentos violentos entorno da sua construção. O intuito desta exposição de informações é para a realização de uma análise que revele como a violência é disseminada devida a construção da UHE de Belo Monte e como a mesma mina as bases para uma sociedade harmônica de modo direto, estrutural e cultural.

## CAPÍTULO 1 – ESTUDOS PARA PAZ: CAPTULAÇÃO

Os estudos e pesquisas voltados aos estudos para paz tiveram seu início e consequente desenvolvimento logo após o término da Segunda Guerra Mundial, através da instalação, na Universidade de Manchester, em Indiana, nos Estados Unidos da América, de um plano/programa de estudos para paz (RIBEIRO; LIRA, 2016).

Desde o ocorrido, e em torno dos anos de 1950, universidades, organizações não governamentais (ONG's) e grupos voltados para a pesquisa e análise sobre os estudos para a paz foram criados. Estes foram capazes de produzir e disseminar novos pensamentos e conceitos sobre a paz, o que pode causá-la e suas consequências, e também desenvolver uma concepção alternativa de justiça e de solução pacífica para conflitos que surgem em diversas esferas (RIBEIRO; LIRA, 2016).

Dentro de um primeiro momento/padrão, a paz era vista como uma possibilidade de estabilidade, um *modus vivendi*, proporcionado pelas teorias de balança de poder. Nesse padrão, a paz não é correspondente a um valor do sistema, mas a uma consequência da forma de distribuição do poder. Não é por outra razão que a ocorrência da paz negativa (ausência de guerra) é mais provável em sistemas unipolares ou bipolares mais rígidos em detrimento de cenários multipolares heterogêneos, segundo teorias neorrealistas. A paz era vista como uma consequência não necessariamente pretendida da organização do poder num cenário anárquico, a qual pode ser sacrificada quando não compatível com a manutenção e consolidação do poder em níveis domésticos e sistêmico-global (RIBEIRO; LIRA, 2016).

No fim dos anos 50 e início dos anos 60, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) debateu e discutiu o tema desenvolvimento dentro do arcabouço conhecido como *desenvolvimentismo*. Alguns mentores isebianos pensavam à época que o desenvolvimento se tornava necessária condição para a meta de maior bem-estar social e econômico, melhores condições de cidadania, ou seja, a melhoria do campo educacional, saúde e de segurança, assim como também um maior desempenho do país no cenário internacional seriam requisitos desenvolvimentistas para a evolução das condições cidadãs (BRIGAGÃO, 2004).

Na década de 60, o diplomata Araújo Castro desenvolveu um trabalho sobre a estrutura de poder internacional baseado num condomínio de poder que envolve as duas grandes superpotências, a americana e a soviética. Castro arguiu em seu trabalho a forma

como os dois centros de poder mantêm seu domínio no cenário internacional e impedem a ascensão de novos Estados, por exemplo, o Brasil, a posições de maior relevância no sistema de poder internacional: daí a ideia de congelamento de poder no palco político-internacional dominado pelos polos americano e soviético. Castro apoiava a afirmação da segurança coletiva num mundo ameaçado pela insegurança, corrida armamentista e fome. Grande contribuição, Araújo Castro também apresentou por meio da doutrina dos 3Ds: Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento. A luta pelo desarmamento está imbuída na busca dos Estados para se livrarem do medo e da intimidação; a luta pelo desenvolvimento é a própria batalha pela emancipação econômica e pela justiça social; por último, a luta pela descolonização é a própria luta por emancipação política, liberdade e direitos humanos (BRIGAGÃO, 2004).

O jornalista e pesquisador Luiz Alberto Bahia, durante a década de 70, dedicou análise à relação da soberania com Guerra e Paz. Apontou a soberania como um conceito polivalente e ambíguo dominante nas análises de relações internacionais, central para o nacionalismo e na sua defesa contra qualquer forma de dominação externa, ou seja, torna-se muito útil para justificar dominação internacional e imperialismo. Portanto, a soberania pertence a esses dois polos, a de quem domina e a de quem é dominado (BRIGAGÃO, 2004).

A partir dos anos 80, ao início do século XXI, refeita primariamente a democratização, ilustrada e projetada a integração regional e dada as bases lançadas por meio do fenômeno da globalização, os trabalhos dedicados para os Estudos para Paz no Brasil, como também em outros países da América Latina e México, abrangeram novas temáticas conforme mudanças significativas no cenário internacional: queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética como sinalizadores do final da Guerra Fria e o processo de elevação hegemônico estadunidense. Outros temas também tomaram parte na agenda de pesquisa dos Estudos para Paz como certos aspectos regionais, indústria de armamento, conflitos fronteiriços, conflitos armados na América Central e o desmoronamento da doutrina da segurança nacional (BRIGAGÃO, 2004).

Trabalhos de natureza acadêmica surgiram neste período dentro da esfera dos Estudos para Paz. Na América do Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela), situaram-se três novos trabalhos: “El Sistema Institucional y el Manejo de La Crisis”, de Silva Michelena em 1987, enfatizando a mudança de perspectiva militar autoritarista para a democracia em aspectos de segurança e a necessidade de desenvolver mecanismos de negociação e controle dos

instrumentos de força; “La Gran Expansión del Mercado de Seguridad”, do Centro de Investigaciones Europeo-Latinoamericano em 1986, que amplia e aplica o conceito de Mercado de Segurança no que ocorre na América Latina em proliferação de armas convencionais em programas nucleares ao mesmo tempo que constrói mecanismos para a paz, democracia e desenvolvimento. Terceiro: “Autonomia Militar e Democracia” - de Augusto Varas em 1988 - com ênfase no Brasil, abordando o termo autonomia militar e sua relação com a construção da democracia na América Latina e em especial no Brasil. Essa criação de uma rede de Estudos para Paz fez com que o Brasil sediasse, no Rio de Janeiro, a Secretaria da Associação Internacional de Pesquisa da Paz (Ipra), 1986-89. Nessa perspectiva, a criação em Brasília, da Unipaz (Universidade da Paz), desenvolveu ação educacional por meio de uma vertente holística da cultura da paz e da não violência, da tolerância e da fraternidade.

Na década de 80, autores como Francis Fukuyama e Paul Kennedy já publicavam seus textos indicativos de um novo padrão para a guerra e a paz nas Relações Internacionais. O que havia de novo neste novo padrão de Relações Internacionais é que a guerra passa a portar-se de uma maneira desviante do padrão antes conceituado predominante até meados do ano de 1989 na relação entre Estados e outros atores da arena política internacional (CRUZ JR., 2004).

Esse novo padrão seria produto de uma realidade social e sociológica, ou seja, uma visão normativa e racional sobre a paz, a qual não seria meramente instrumental, ou estratégica, como antes apontavam os realistas. Autores como Hannah Arendt, Johan Galtung, Rosenau, Habermas, dentre outros, passaram a elaborar uma agenda inspirada nos Estudos para Paz, alicerçada num entendimento sobre cooperação, em que esta não tomaria o caráter estratégico antes característico da agenda realista. Esses autores consideram a paz como um fim em si mesmo, e não um conceito a ser definido e derivado do poder (CRUZ JR., 2004).

Com o advento da globalização, as bases do modelo confrontacionista passaram a ser ainda mais questionadas sob essa nova perspectiva sistêmica. Tendo revelado e potencializado a pluralidade de interesses, ideologias, doutrinas e crenças que caracterizam grupos sociais contemporâneos, a globalização acarreta o enfraquecimento de regimes autoritários e totalitários que lançam os alicerces às aspirações hegemônicas e belicistas características do padrão antes dominante.

Octavio Ianni define globalização como:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. *A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço* (IANNI, 1994, p.151).

A globalização traz à tona, assim, a riqueza e a diversidade política que derivam desse próprio leque de diversidade social, o que reforça a demanda de autonomia, tolerância, respeito a particularismos e, traz por consequência, a necessidade de uma paz estável pelas “razões certas” (CRUZ JR., 2004).

A citação acima enfatiza, mesmo sendo um pequeno respaldo em relação à completa narrativa sobre o que é a globalização, elementos fundamentais de descrédito dos regimes não democráticos e valorização da democracia em seu viés normativo.

Ademar Cruz Jr. ressalta que:

Não se deve considerar como democrática uma ordem política qualquer, doméstica ou internacional, somente pelo fato de assim se autoproclamar. Basta atentarmos para o antigo “Partido Democrático Social” no Brasil, a ex-República Democrática Alemã ou a recente invasão do Iraque em prol da “democratização” desse país, ainda que, de fato, viesse sendo governado por uma tirania indefensável (CRUZ JR., 2004, p.94).

Chegamos a um ponto em que apresentar paz e democracia se faz necessário, o que representa um elemento essencial para o entendimento deste novo padrão que emerge nos estudos para Paz.

A democracia pode ser configurada como o meio de se obter eficácia de valores essenciais que permeiam a convivência social, além da busca do bem comum para o maior número de indivíduos possível (SCHUMPETER, 1984). Em consequência, há um regime no qual o povo é soberano, além da afirmação dos direitos fundamentais dos indivíduos que são parte desse povo (SILVA, 2004).

Paz e democracia não são partes de heranças liberais e republicanas clássicas, não existem como acepção instrumental para que um país agrida outro em prol desses mesmos

valores. Tratam de valores que se auto impõem e que se complementam por meio do exemplo e germinação, o que não os torna eficazes como participantes de uma ideologia salvacionista. Outro elemento consequente do enlace de paz e democracia é a legitimação, ou seja, uma ordem essencialmente de cunho democrático conta com o consentimento ativo dos governados e essa circunstância está diretamente ligada à questão da paz, ou seja, o consentimento só pode ser genuíno e autêntico quando embasado em procedimentos e valores, o que gira em torno de grandes universais políticos e éticos. Desta forma, governos que violam os direitos humanos, agridem sistematicamente o meio-ambiente, comprometendo, assim, o direito das gerações futuras de usufruírem uma biosfera em equilíbrio, promovem a exclusão social e a segregação de grupos étnicos, religiosos ou econômicos não serão legítimos jamais (CRUZ JR., 2004).

A mudança do padrão dos estudos de paz, daquele mencionado antes do fim da Guerra fria para o que passa a ser fomentado após o seu fim, e do entendimento do que seja uma autêntica “paz universal”, deve-se, portanto, a um movimento que segue duas vias, um teórico-científico, e outro político-fenomenológico, ou seja, como esses fenômenos políticos se manifestam através do tempo e do espaço e a sua essência, que corresponde a uma série de ocorridos nas Relações Internacionais a partir dos anos 80, cujo ápice é a queda do Muro de Berlim em 1989. Essas transformações se deram em direção de valores que tinham como núcleo característico principal o fato de apresentarem elementos metodológicos da definição de paz e democracia (CRUZ JR., 2004).

A criação da paz busca contrabalancear o poder militar das grandes potências, mas não de maneira que conduza a uma corrida armamentista, pelo contrário, privilegia-se a criação de condições para que a confiança aumente no cenário internacional e de instituições globais que tratem arsenais nucleares e de armas de destruição em massa como instrumentos ineficazes de dissuasão. A paz seria criada, de acordo com essa doutrina, com a construção de uma agenda intensa e multilateral, da qual o Estado-nação participa em caráter dominante, mas não exclusivo; busca assegurar o respeito universal aos bens comuns globais, o desenvolvimento sustentável e a promoção dos direitos humanos; investe no fortalecimento de regimes internacionais; desmilitarização das relações internacionais e no estabelecimento de condições políticas e econômicas para a redução das vastas disparidades entre os países (CRUZ JR., 2004).

O fortalecimento dos Estudos para Paz é um fenômeno, portanto, que decorre da conciliação entre a inovação teórica do campo e um movimento ético-político, em escala mundial, que passou a repudiar a guerra como forma de mudança social no plano internacional.

Os estudos para paz formam um estandarte crítico e oposto ao núcleo realista abrigado nas Relações Internacionais, apontado como uma vertente “rejeccionista”. Este adjetivo concedido aos estudos para paz lhe é atribuído pelo fato de o mesmo sugerir que os conflitos violentos e a guerra, ou seja, a violência, por si só, não é uma resposta impregnada num “*continuum*” para a solução de conflitos na agenda dos estudos de segurança internacional. Neste caso, entendemos “*continuum*” como a prevalência da violência na solução de conflitos violentos e da guerra. Os estudos para a paz discorrem que, embora os seres humanos tenham capacidade para provocar e causar dor aos que rodeiam, também possuem capacidade para cooperação e para selecionar caminhos não violentos, alternativos e críticos à violência para solucionar conflitos.

Os Estudos para a Paz não se consolidam como um idealismo ingênuo e utópico, como por vezes o olhar do Realismo das Relações Internacionais tende a denegri-lo. Antes buscam identificar os mecanismos causadores e geradores de violência, sempre no intento de contrapor esse cenário com instrumentos e dinâmicas de paz. Johan Galtung, reconhecidamente um dos maiores pensadores dos Estudos para a Paz, propõe-nos uma leitura macro-social e macro-histórica entre dimensões da violência e experiências de paz. Para esse efeito, e usando aquilo que designa por formação social indo-europeia, Galtung analisa e ilustra a multidimensionalidade quer da violência – direta, estrutural e cultural –, quer da paz.

Segundo Galtung, a paz positiva, de forma sucinta, é ocasionada por vários fatores, dentre eles podemos ressaltar: a ajuda mútua, a educação e a interdependência dos povos. A paz positiva, definida e apresentada por Galtung durante a década de 1960, não se define por ser somente uma forma de prevenção à guerra, mas a construção de uma sociedade e cultura melhores, nas quais seus integrantes poderão desfrutar de um espaço social que se desenvolverá juntamente à paz positiva. O conceito já trazia resquícios do que o novo padrão de estudos de paz trariam no pós Guerra Fria: um sistema de relações internacionais anárquico, embebido em regimentos éticos “universais” de respeito, zelo, educação e apreço, o que ressalta diretamente a paz e a democracia como consequência da legitimidade empregada por estes “universais”, diferentemente do que acontecia no antigo padrão de

estudos de paz juntamente ao realismo, que tiverem seus elementos tradicionais de dissuasão, como os arsenais nucleares, caminhando para a obsolescência (CRUZ JR., 2004).

Contrário à paz positiva, podemos dizer o seu antônimo, há a paz negativa, conceito também apresentado e definido por Galtung durante a década de 60. Como já mencionado no início deste trabalho, essa pode ser entendida como a mera ausência de guerra, o que não afasta a disposição para guerrear, nem desfaz a violência estrutural contida na sociedade, todavia propaga o padrão acima já mencionado no qual a paz se torna uma consequência sistêmica do *status quo* do sistema internacional e sua teia de relações de poder tecida pelas superpotências.

Galtung e demais pesquisadores aperfeiçoaram conceitos e temáticas dos estudos para a paz ao desenvolverem a trilogia da violência. Como o próprio nome já ressalta, uma trilogia, aqui se enquadram três tipos de violência: violência direta; violência estrutural e violência cultural. Desta forma, a ideia de que paz não é a simples ausência de guerra e conflitos bélicos provê força aos estudos da paz positiva, os quais começam a ser debatidos com maior ênfase num cenário pós-Guerra Fria.

A trilogia da violência, idealizada e elucidada por Galtung, é representada por um triângulo (CONCHA, 2009), no qual cada tipologia de violência é correspondente a um vértice do mesmo. Em um dos vértices, apresenta-se a violência direta, esta é representada pelos atos hostis que causam danos, violência física e pode causar também conflitos armados. No segundo vértice deste triângulo, está a violência estrutural, esta é a violência que atinge o bem-estar social e as necessidades básicas da população, é a ausência de liberdade e identidade exercido de forma coercitivo sobre quem habita e utiliza do meio social. Por último, o vértice que nos falta ressaltar, conceituado por Galtung como violência cultural, é uma violência que se apresenta de forma “invisível” e pode atingir grande parte do corpo social, é de difícil identificação e ruptura e funciona como ferramenta por meio de costumes e tradições para legitimar as outras duas violências que formam os vértices deste triângulo.

Como Freire e Lopes trazem em seu artigo:

Johan Galtung também contribuiu de forma fundamental ao definir paz como mais do que ausência de guerra (violência direta), interpretando a paz num sentido positivo ao incluir violências estruturais e culturais (...). A violência direta refere-se a violência física e psicológica exercida diretamente sobre uma pessoa. Quanto a violência estrutural, é uma forma de violência indireta que resulta da própria

estrutura social – entre humanos, entre grupos humanos (sociedades), entre grupos de sociedade (alianças, regiões) no mundo (FREIRE e LOPES, 2008, p. 15)

Tomando esta parte por conclusão, é que alguns autores como Ekkehart Krippendorff, Lars Dencik e Gunder Frank, apontarão o capitalismo como principal catalisador da guerra e de conflitos violentos (FREIRE; LOPES, 2008). Essa linha de pensamento levou a uma radicalização dos Estudos para a Paz e clamou a denúncia dos meios dinâmicos de exploração globais, se necessário, a revolução seria uma proposta para a resolução deste impasse, o que era considerado algo aversivo para pensadores como Galtung, e o que propunha a essência dos Estudos para a Paz para a transformação da estrutura de violência.

Posteriormente, como aponta Hylke Tromp (1981, apud LOPES; FREIRE, 2008), os Estudos para a Paz passam a ser acusados de aceitarem o paradigma dominante no qual o desenvolvimento ocidental teria de ser adotado para que o progresso fosse atingido. Por consequência, os Estudos para a Paz teriam seu foco transmitido e migrado da relação poder-estratégica entre as superpotências, apoiado no cânone da violência direta, para a relação dinâmica entre “Norte-Sul”, abrindo espaço para a inclusão do objeto de violência estrutural global. Um alargamento mais lato é seguido no âmbito do cenário dos Estudos para a Paz e o seu objeto de análise. Problemas sociais diversos tornam-se passíveis de conexão com o dinamismo paz-violência, por consequência o campo de estudo expande e passa abrigar enfoques diversificados em sua área (FREIRE; LOPES, 2008).

Hakan Wiberg (2005, apud FREIRE; LOPES, 2008) apontou em sua crítica teórica que os Estudos para Paz se transformaram numa espécie de buraco negro capaz de englobar toda e qualquer dinâmica social. Por outro lado, esse englobamento permitiu uma abertura para que o conceito de Paz pudesse ser aprimorado e passasse a englobar em si uma ótica individual, regional, social, comunitário e internacional que vai além das relações estado-cêntricas de paz e violência (FREIRE; LOPES, 2008). Galtung (2006, p. 5), já apontava que: “Todos os conflitos são iguais ao nascer e têm o mesmo direito de ser processados, com transcendência (‘o ato de ultrapassar’) e transformação, para que as partes possam viver com eles”. Não importa se se encontram num nível individual ou inferior ou superior, ou seja, não significa que conflitos geopolíticos estejam num campo mais elevado. Todos os conflitos apresentam um combate das partes conflitantes, cada uma possui seu objeto em contradição e a solução pacífica do conflito alcança a solução do mesmo.

Esse “buraco negro” passa a ganhar maior consistência após o término da guerra fria com a emergência das então chamadas “novas guerras” (KALDOR, 1999). Kaldor defende que a

maioria das guerras que se sucederam na década de 1990 é diferente das guerras tradicionais travadas internacionalmente. A diferença de maior destaque é a corrosão do monopólio legítimo do uso da força sob o controle do Estado-nação. Os conflitos cada vez mais tomam uma esfera interestatal e os grupos conflituosos não estão sob a bandeira militar de seu Estado representativo. Esse tipo de movimento de violência é financiado por meio de fontes externas, internacionais, e, ilegalmente, em proporções cada vez maiores, apresentando ligação com fluxo de armas, drogas, seres humanos; sendo que o número crescente de vítimas é civil.

Ken Booth (2001, apud FREIRE; LOPES, 2008) foi mais adiante ao dizer que não se trata apenas de uma questão de velhas ou novas guerras, todavia de um reconhecimento complexo de ambas no cenário internacional (FREIRE; LOPES 2008).

Logo após a virada do século XX, na primeira década do século XXI, a maioria dos investigadores para a Paz pensa que os Estudos para a Paz precisam repensar o seu núcleo, ou seja, seu cerne o objeto de estudo. Esta inquietação é fruto da constatação da existência de uma agenda demasiado ampla e abrangente (MASON, 2002; ROGERS e RAMSBOTHAM, 1999, apud FREIRE; LOPES 2008), a qual acabou por incluir questões de desenvolvimento (DUFFIELD, 2001, apud FREIRE; LOPES 2008), segurança (Buzan *et al.*, 1997, apud FREIRE; LOPES 2008) e estudos feministas (BROCK-UTNE, 1985, apud FREIRE; LOPES 2008). De certa forma, esta abordagem ampla e multifacetada trouxe notável riqueza para os Estudos para Paz. Por outro lado, esta tendência acarretou uma indevida perda do seu foco de análise. Pode-se acrescentar ainda que o fator distintivo dos estudos para a paz desde a sua fundação, uma abordagem voltada para a investigação e posteriormente ação, perdeu a sua dinâmica e imperatividade devido à incapacidade de traduzir eficazmente em ação os resultados da investigação.

Foi proposta (LAWLER, 2002) uma consolidação do núcleo teórico dos estudos para a paz não só em tona da recuperação do valor significativo e central que a paz desempenha, mas também de uma análise de conjuntura que lidará com o enquadramento de investigação e ação em torno do conceito de paz. A proposta baseia-se de certo modo numa crítica à terminologia utilizada pelos investigadores da paz na área.

A expansão que ocorreu no campo teórico dos estudos para a paz diluiu sua definição em torno do conceito de paz, o que abriga contradição no que foi mencionado por Lawler (2002, apud FREIRE; LOPES, 2008, p. 17): “Os estudos para a paz têm “um núcleo conceptual e teórico substancial”, que é o valor da paz”.

Este conceito constitui o cerne dos estudos nessa área e auxilia na definição das ferramentas, objetos e políticas a serem adotadas. Entende-se, dessa forma, através da abordagem trazida por Lawler (2002) que:

Consequentemente, paz é aqui entendida como um processo holístico que implica a existência de condições básicas estruturais, incluindo a ausência de violência física e psicológica organizada, a satisfação das necessidades básicas humanas e, no plano institucional, estruturas representativas e de partilha proporcional do poder e a promoção e proteção dos direitos humanos (FREIRE; LOPES, 2008, p.17).

Essa definição de paz coincide, de certo modo, com as definições apresentadas de paz positiva e paz negativa de Galtung (1969), as quais, até mesmo por motivos metodológicos e didáticos não devem ser separadas. Podemos refletir por Wiberg (2005, p. 28):

Desde a década de sessenta, propuseram-se valores diversos para ir além da ausência de violência física; os principais candidatos, hoje em dia, parecem ser os seguintes: 1) a equidade e bem-estar (isto é, a ausência de violência estrutural); 2) a liberdade (ausência de opressão); 3) a identidade (ausência de alienação ou de violência cultural).

Essa visão holística também não é considerada estática, visto que está imersa também na definição de cultura de paz (FREIRE; LOPES, 2008) apontada e definida pela Organização das Nações Unidas:

Cultura da Paz é um conjunto de valores, atitudes, formas de comportamento e modos de vida que rejeitam a violência e a previnem ao enfrentar as suas causas mais profundas para resolver problemas através do diálogo e da negociação entre indivíduos, grupos e nações (NAÇÕES UNIDAS, 1998a; 1998b).

O conceito de cultura de paz se distingue daquilo que é apresentado pelas Nações Unidas por que a resolução de problemas através do diálogo e da negociação, proposta pela Organização, não atende às condições estruturais subjacentes que definem cultura de paz como é entendido pelos pesquisadores dos estudos para a paz (FREIRE; LOPES 2008). As Nações Unidas definem cultura de paz como um conjunto de valores, atitudes e formas de comportamento. Entretanto pode haver uma vasta diversidade de valores, atitudes e formas de comportamento que estão nas raízes de passados históricos distintas, afinidades culturais,

crenças religiosas e interações sociais que coíbem a dinâmica da paz. O conceito de paz holístico não implica numa definição baseada em apenas uma leitura, o que acarreta no ponto em que diferentes componentes da paz podem combinar-se com diferentes intensidades, resultando em diferente dinâmica de paz. Com a existência desses componentes, também há condições para a existência de paz, sem que um modelo único da mesma seja aplicado, havendo possibilidade de existência de variados tipos de culturas de pazes. Essa prática não deve ser definida em oposição ao conflito existente ou emergente, mas antes em relação à violência.

A introdução do conceito de “*continuum*” de pazes e violências serve para tratar a relação ambígua relativa à violência direta como também a definição de paz (FREIRE; LOPES, 2008).

Assim como a paz e a violência, existentes em todas as sociedades, o conflito também faz parte dessa conjuntura. No entanto, esse entendimento não se constitui uma visão realista-hobbesiana ao conflito, no sentido de que a natureza humana é por definição violenta, de modo que também não podemos dizer que a mesma é pacífica (FREIRE; LOPES, 2008). Aponta-se que os conflitos não podem ser resolvidos por meio da eliminação. O que pode ser abordado e posteriormente eliminado é a violência, ou seja, a escolha da violência em oposição à paz na solução de conflitos.

Freire e Lopes apontam que:

A dicotomia entre paz e guerra/violência é, deste modo, demasiado simplista. Para melhor entendermos as dinâmicas pacíficas e violentas de situações conflituais, parece-nos acertado adoptar o conceito de ‘*continuum* de pazes e violências’, de acordo com o qual as opções violentas são escolhidas com diferentes intensidades, mesmo em contextos de paz formal. Esta dicotomia baseia-se no pressuposto de que a violência, tal como a paz, é uma escolha. Como resultado, a escolha de meios pacíficos ou violentos reflete as condições estruturais básicas acima mencionadas. Quando estas estão reunidas, há, claramente, uma maior tendência para recorrer a meios pacíficos de modo a responder aos conflitos (FREIRE; LOPES, 2008).

Galtung (2006, p. 13) diz que: “Conflitos exigem de nós tudo o que temos para oferecer. Caso contrário, as emoções serão facilmente expressadas pela violência – verbais físicas ou ambas -, insultando as necessidades básicas de outros”. O ponto primordial para impedir que o conflito avance para uma fase de violência é utilizar a energia do mesmo para chegar e atingir soluções criativas (GALTUNG, 2006). Apesar da forma como reagimos a um

conflito ser individual, ela é influenciada por fatores sociais. Isso significa que a reação perante um conflito pode ser atribuída ao indivíduo, ou seja, os indivíduos podem escolher entre formas violentas ou pacíficas de gerir os seus conflitos. Mesmo em sociedade em que a escolha pela trilha da violência é minimizada, os indivíduos não perdem sua capacidade ou mesmo a vontade de fazer uso da violência. Da mesma forma que em sociedades em que a escolha pelo uso da violência é contínua, os indivíduos não perdem sua capacidade ou vontade de fazer uso da paz.

A bipartição entre paz e guerra/violência é, deste modo, demasiadamente simplista. O conceito de *continuum* de pazes e violência parece ser adequado e útil para entendermos as dinâmicas pacíficas e violentas de situações conflitivas. De acordo com o qual as situações violentas são escolhidas em diferentes intensidades, mesmo em ambientes em que haja uma paz formal. Essa dicotomia baseia-se no pressuposto de que a violência, da mesma forma como a paz, é uma escolha. Ou seja, a escolha de meios pacíficos ou violentos reflete as condições estruturais básicas mencionadas.

“Sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade são necessidades básicas mais profundas do que valores. Se você descarta suas próprias necessidades básicas, ou de outros, está se condenando, ou a outros, a uma vida não digna dos seres humanos” (GALTUNG, 2006). Quando as necessidades estruturais básicas estão reunidas, há, claramente, uma maior tendência para recorrer a meios pacíficos de solução de conflitos. O conceito de paz está inserido dentro de um panorama normativo, no qual a paz é o valor central que guia a teoria e a ação, de modo que, a paz seja uma escolha, não apenas uma forma de dulcificar a violência.

## **CAPÍTULO 2 – “TRIÂNGULO DA VIOLÊNCIA”**

O presente capítulo abordará o Triângulo da Violência, nome dado à teoria de análise de Estudos para Paz criada e desenvolvida pelo pensador norueguês para Paz: Johan Galtung. Será explanado as dimensões de violência direta, estrutural, cultural, e como estas se relacionam entre si. Também será apresentada a relação que a guerra e a violência implicam na instauração da Paz Positiva entre os povos, sociedades e nações.

### **2.1 DIMENSÕES E DEFINIÇÕES DE VIOLÊNCIA DIRETA E ESTRUTURAL**

Galtung (1969) parte da percepção de que para se entender e estudar a paz e posteriormente alcançar a paz positiva, antes é necessário entender a violência e a forma como esta ocorre. Segundo Galtung, entendemos que: “A violência está presente quando os seres humanos possuem suas capacidades de realização somáticas e mentais atuais influenciadas de maneira tal que se encontrem abaixo do seu verdadeiro potencial de realização” (GALTUNG, 1969, p.168, tradução nossa).

Para entender essa definição, convém esclarecer capacidades atuais e potenciais. Violência pode ser entendida como uma diferença entre potencial e atual. O que é, e o que poderia ter sido, ou seja, a distância entre estes dois polos e o que os impede de se aproximar. (GALTUNG, 1969). Por exemplo: Se alguém morresse de tuberculose no século XVIII, seria difícil conceber o ocorrido como violência, já que o mesmo era praticamente inevitável. Todavia, se alguém morre nos dias de hoje devido à doença, com todos os recursos e aparatos médicos disponíveis, então podemos definir como violência, de acordo com a definição acima apresentada. Desta forma, quando o potencial é maior que o atual ou se torna, então há violência. (GALTUNG, 1969).

Para Galtung:

Quando o atual é inevitável, então a violência não está presente, mesmo que o atual esteja em um nível muito baixo. Uma expectativa de vida de apenas 30 anos, durante o período neolítico, não era expressão de violência, entretanto a mesma expectativa de vida hoje (seja devido a guerras, injustiça social, ou ambos) seria visto como violência de acordo com nossa definição (GALTUNG, 1969, p.169, tradução nossa).

Desta forma, para caracterizar a existência da violência é necessário que haja um sujeito, um objeto e uma ação (AMARAL, 2015). A violência não pode ser definida por um conceito único e específico, mas deve ser um conceito amplo já que se apresenta de maneira diferente se exposto a variadas dimensões (GALTUNG, 1969).

Num primeiro momento, considera-se a existência de dois tipos específicos de violência: a violência física e a psicológica. Nesta distinção, nota-se que a primeira possui maior impacto aos observadores sociais, já que sua ocorrência é facilmente perceptível, ou seja, se apresenta de maneira clara e afeta o corpo. De acordo com Galtung (1969, p. 169, tradução nossa): “Sob violência física seres humanos são feridos somaticamente<sup>1</sup>, até o ponto de matar”. A segunda afeta o emocional e a alma, “o que aumenta a restrição sobre movimentos humanos”, “que inclui mentiras, lavagem cerebral, doutrinação de vários tipos, ameaça, etc, que servem para diminuir potencialidades mentais” (GALTUNG, 1969, p.169, tradução nossa). Desta forma, as violações causadas ao ser humano provocam a limitação da sua capacidade e potencialidade mental (AMARAL, 2015).

Dentre outros tipos de violência, Galtung (1969) aborda a questão da violência classificada em positiva ou negativa, ou seja:

(...)uma vez que ela pode ser considerada um meio necessário para se alcançar determinado fim, cujo resultado implica o uso de violência por indispensabilidade: se a violência implicou ou não no ferimento de alguém, se existe ou não um sujeito que praticou/efetuou a violência (AMARAL, 2015, p. 105).

Um indivíduo pode sofrer violência por agir de maneira considerada errônea por quem a pratica, seja um indivíduo ou a estrutura, todavia também é recompensado quando estes consideram seus atos corretos (GALTUNG, 1969).

Galtung (1969) ainda fala sobre a questão da sociedade consumidora e a utiliza como exemplo para entender os casos de violência positiva e negativa. Em suas palavras diz que: “Assim, muitos pensadores contemporâneos enfatizam que a sociedade do consumidor recompensa amplamente àquele que se dirige para o consumo, ao mesmo tempo em que não castiga positivamente quem não o faz” (GALTUNG, 1969, p. 170, tradução nossa).

O sistema é orientado para recompensar aqueles que vão ao encontro de suas demandas e exigências com promessas de euforia e prazer. A consequência é a limitação do

---

<sup>1</sup> Por somático, entendemos aquilo que é físico ou corporal; que tem em conta o aspecto físico do corpo humano.

campo de ação do indivíduo. Aquele que não atende ao que a sociedade demanda, será conduzido à disforia (GALTUNG, 1969).

A terceira forma de classificar a violência que Galtung (1969) apresenta envolve a classificação se há ou não um objeto que sofreu violência, ou seja, se a discussão sobre violência é passível quando nenhum objeto é ferido física ou biologicamente. Assim:

Quando uma pessoa, um grupo, uma nação está exibindo os meios de violência física, seja jogando pedras ao redor ou testando armas nucleares, não pode haver violência no sentido de que alguém é atingido ou ferido, mas há, no entanto, a ameaça de violência física e ameaça indireta de violência mental que pode até ser caracterizada como algum tipo de violência psicológica, uma vez que restringe a ação humana (GALTUNG, 1969, P. 170, tradução nossa).

A destruição de coisas pode não ser considerada uma forma de violência se relacionada à definição apresentada, todavia pode ser vista como violência psicológica se analisada a partir de dois pontos: a destruição de coisas como uma ameaça ou presságio da destruição de pessoas ou a destruição de coisas que podem ter significado emotivo para os envolvidos, por exemplo, proprietários e consumidores (GALTUNG, 1969).

A quarta classificação de violência é relacionada, segundo Galtung (1969), pela perspectiva do sujeito, ou seja, se há alguém que comete ou não a ação violenta. Violência que contenha uma relação de sujeito-objeto é facilmente identificada, já que é uma ação manifesta e visível, e também pessoal, pois há indivíduos realizando a ação. Esse tipo de violência pode ser facilmente capturada e expressa verbalmente se comparada, ao menos em idiomas indo-europeus, a formação de sentenças elementares: sujeito-verbo-objeto, no qual ambos sujeito e objeto são indivíduos/pessoas. Violência que não se enquadra nessa relação é estrutural, ou seja, imbuída na estrutura.

Assim, quando um marido bate em sua esposa, há um caso claro de violência pessoal, mas quando um milhão de maridos mantém um milhão de esposas na ignorância, há violência estrutural. De modo correspondente, numa sociedade em que a esperança de vida é duas vezes maior nas classes mais altas que nas classes mais baixas, a violência é exercida mesmo que não haja atores concretos que se possa apontar para atacar diretamente os outros, como quando uma pessoa mata outra (GALTUNG, 1969, p.171, tradução nossa).

Para não sobrecarregar o termo violência estrutural, Galtung (1969), por vezes, se refere a mesma como injustiça social. O termo exploração não será empregado já que pertence a um vocabulário político, e possui vários significados ligados a entendimentos políticos e emocionais que não facilitariam a comunicação. O termo também conduz facilmente a expressões que utilizam o verbo explorar, o que pode distanciar a violência estrutural do seu verdadeiro núcleo e até mesmo despertar acusações infundadas sobre violência estrutural (GALTUNG, 1969).

A quinta distinção a ser feita em torno da violência é em relação a sua intencionalidade: se é ou não intencional (GALTUNG, 1969). Essa distinção é importante quando a culpa deve ser decidida, uma vez que o conceito de culpa tem sido mais ligado à intenção, tanto na ética judaico-cristã quanto na jurisprudência romana, do que de consequência (enquanto a definição de violência está localizada no lado da consequência). Esse viés é importante, pois ajuda pensar sobre violência, paz, dentre outros termos relacionados:

Sistemas éticos direcionados contra a violência intencional facilmente deixarão de capturar a violência estrutural em suas redes - e podem, portanto, capturar os pequenos alevinos e deixar o peixe grande solto. Dessa falácia não se segue, em nossa mente, que a falácia oposta de dirigir toda a atenção contra a violência estrutural seja elevada em sabedoria. Se a preocupação é com a paz, e a paz é a ausência de violência, então a ação deve ser dirigida contra a violência pessoal e estrutural (GALTUNG, 1969, p. 172, tradução nossa).

Em sexto lugar, há a distinção entre violência manifesta e violência latente (GALTUNG, 1969). Nas palavras de Amaral (2015, p. 105) “se ela é manifesta (visível e identificável), ou se é latente (de difícil identificação e como reflexo de alguma ação não direta)”. A violência manifesta, seja ela direta ou estrutural, é passível de observação, embora não diretamente, já que a conjuntura teórica de “realização potencial” entra em cena. Violência latente é algo que não está lá, no entanto pode facilmente acontecer (GALTUNG, 1969). Há violência latente quando a situação é tão instável que os níveis de realização atual facilmente diminuem.

Galtung exemplifica:

“Para a violência pessoal, isso significaria uma situação em que um pequeno desafio desencadearia assassinatos e atrocidades consideráveis, como é frequentemente o

caso em relação às lutas raciais. Nesses casos, precisamos de uma forma de expressar que a violência pessoal está também presente no dia, hora, minuto, segundo antes da primeira bomba, tiro, pugilança, choro - e é isso que o conceito de violência latente e pessoal faz para nós” (GALTUNG, 1969, p. 172, tradução nossa).

O conceito de violência latente explica uma situação de equilíbrio instável, onde os níveis de realização atual não são suficientemente protegidos contra a deterioração por mecanismos de defesa.

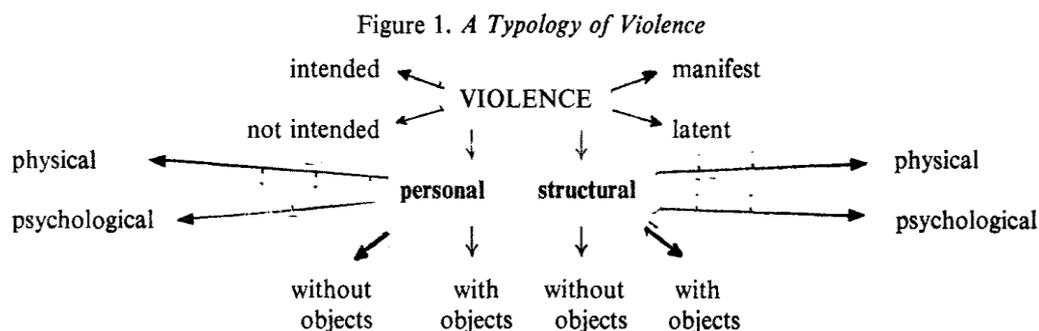
Da mesma forma com a violência estrutural: poderíamos imaginar uma estrutura relativamente igualitária, insuficientemente protegida contra a feudalização<sup>2</sup> súbita, contra a cristalização em uma estrutura hierárquica muito mais estável, até petrificada. Uma revolução trazida por meio de uma organização militar altamente hierárquica pode, após um brilhante período de igualitarismo e depois de um grande desafio, reverter em uma estrutura hierárquica. Uma maneira de evitar isso, naturalmente, é evitar organizações hierárquicas de luta de grupos em primeira mão, e usar organizações não violentas e não guerrilheiras na luta para permitir que os meios sejam uma antevisão do objetivo igualitário (GALTUNG, 1969, p.172, tradução nossa).

As distinções acima mencionadas concluem a lista de tipologia de violência, embora muitas outras poderiam ser também inclusas (GALTUNG, 1969). “Uma questão que imediatamente se coloca é se quaisquer combinações dessas seis dicotomias podem ser descartadas a priori, mas parece não haver tal possibilidade” (GALTUNG, 1969, p. 172, tradução nossa). O que Galtung (1969) traz com essa afirmação é a importância de cada combinação dicotômica para se entender e interpretar a violência. Dessa forma, temos o que é ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 – Tipologia de Violência

---

<sup>2</sup> Neste caso, entendemos por feudalização um processo que tornaria uma sociedade em estática e cristalizada, de forma hierárquica, fazendo analogia ao feudalismo que existiu na Europa durante a Idade Média. Se essa suposta “feudalização” for evitada por uma revolução calcada em uma organização militar igualmente hierárquica, é possível que, após a revolução, a mesma sociedade revolucionária se encontre novamente dentro de uma estrutura hierárquica, sob um regime diferente.



Fonte: GALTUNG, 1969, p.173

Não é estranho que a atenção se concentre mais na violência pessoal do que na estrutural. A violência pessoal é normalmente percebida por seu objeto, o que gera a possibilidade de reação a ela. Já o objeto da violência estrutural pode ser persuadido sem que a perceba de forma alguma. A violência pessoal representa mudança e dinamismo. A violência estrutural é silenciosa e não aparece.

Nas palavras de Galtung:

Em uma sociedade *estática*<sup>3</sup>, a violência pessoal será registrada, enquanto a violência estrutural pode ser vista de modo tão natural quanto o ar que nos rodeia. Por outro lado: em uma sociedade altamente *dinâmica*<sup>4</sup>, a violência pessoal pode ser vista como errada e prejudicial, mas ainda de alguma forma congruente com a ordem das coisas, enquanto a violência estrutural se torna aparente porque se destaca como uma rocha enorme em um riacho, impedindo o fluxo livre, criando todos os tipos de reviravoltas e turbulências. Assim, talvez não seja tão estranho que o pensamento sobre a violência pessoal (na tradição judaico-cristã-romana) assumiu grande parte de sua forma atual no que hoje consideramos como ordens sociais essencialmente estáticas, enquanto o pensamento sobre violência estrutural (na tradição marxista) foi formulado em sociedades altamente dinâmicas do noroeste da Europa (GALTUNG, 1969, p. 173, tradução nossa).

<sup>3</sup> Por sociedade estática, entendemos que Galtung (1969) se refere a definição feita pelo filósofo francês Auguste Comte sobre Estática Social. Esta estuda “os elementos permanentes da sociedade, aquelas instituições e aqueles fatos que em todas as sociedades existem, por mais variados que sejam ou pareçam. Os elementos da “ordem” são em número de cinco: a religião, o governo, a linguagem, a família e a propriedade” (LACERDA, 2004, p. 66).

<sup>4</sup> A sociedade dinâmica também faz parte do arquétipo construído por Comte. Esta “concentra-se nas formas como as sociedades evoluem ao longo do tempo, ou seja, como os cinco elementos da Sociologia Estática desenvolvem-se” (LACERDA, 2004, p. 66).

## 2.2 DIMENSÕES E DEFINIÇÕES DA VIOLÊNCIA CULTURAL

Por violência cultural entendemos:

(...) aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência - explicada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) - que podem ser usadas para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução nossa).

Neste caso, uma maneira clara de se começar, seria pela busca do conceito antônimo de violência cultural. Se o contrário de violência é paz, tema dos Estudos para Paz, então o oposto de violência cultural seria paz cultural, significando aspectos de uma cultura que servem para legitimar e justificar paz direta e paz estrutural. Se vários e diversos aspectos deste tipo são encontrados em uma cultura, podemos nos referir ao mesmo como “paz cultural”.

Galtung afirma:

Uma tarefa importante da pesquisa para paz, e do movimento para paz em geral, é a busca interminável por uma cultura de paz - problemático, por causa da tentação de institucionalizar essa cultura, tornando-a obrigatória com a esperança de internalizá-la em todos os lugares; E isso já seria violência direta, por impor uma cultura (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução nossa).

A violência cultural possui esse caráter legitimador que faz com que as violências direta e estrutural pareçam, até mesmo soem, como certas – ou no mínimo, não erradas. Assim como os estudos de ciência política decorrem sobre duas problemáticas - o poder e a legitimação deste poder – os estudos sobre violência giram em torno de duas problemáticas: a violência e a legitimação do uso desta. (GALTUNG, 1990).

O estudo da violência cultural realça o modo como a violência direta e a violência estrutural são legitimadas e aceitas na sociedade. Uma maneira que a violência cultural funciona é mudando a cor moral de um ato de vermelho/errado para verde/certo ou pelo menos para amarelo/aceitável; um exemplo “assassinato em nome do país é certo, todavia em nome de si mesmo é errado”. Outra maneira é tornar a realidade opaco-turva, de maneira que não seja visto o ato violento. Certamente, isso é mais fácil com algumas formas de violência do que com outras. (GALTUNG, 1990).

## 2.3 RELAÇÃO ENTRE AS VIOLÊNCIAS DIRETA, ESTRUTURAL E CULTURAL

Apesar das simetrias, há uma diferença na relação temporal entre os três conceitos de violência (GALTUNG, 1990). A violência direta é um evento; a estrutural, um processo com altos e baixos; a violência cultural é invariável, uma “permanência” (GALTUNG, 1977, apud GALTUNG, 1990), permanecendo a mesma por longos períodos, dadas as lentas transformações da cultura.

Nas palavras de Galtung:

Nos termos úteis da escola de Annales francesa na história: ‘*évènementielle, conjoncturelle, la longue durée.*’ As três formas de violência entram no tempo de forma diferente, algo como a diferença na teoria do terremoto entre o terremoto como um evento, o movimento das placas tectônicas como um processo e a falha como uma condição mais permanente (GALTUNG, 1990, p. 294, tradução nossa).

A apresentação e definição dos conceitos nos conduzem para a formação de um triângulo da violência dividido por estratos, o qual permite a análise da fenomenologia da violência criando um paradigma com variadas hipóteses (GALTUNG, 1990).

No fundo é o fluxo constante através do tempo de violência cultural, um substrato a partir do qual os outros dois podem derivar seus nutrientes. No próximo estrato estão localizados os ritmos de violência estrutural. Os padrões de exploração estão se acumulando, desgastando-se ou demolindo-se, com o acompanhamento protetor da penetração-segmentação impedindo a formação da consciência, e a fragmentação-marginalização impedindo a organização contra a exploração e a repressão. E no topo, visível ao olho não guiado e ao empirismo descalço, é o estrato de violência direta com todo o registro de crueldade direta perpetrada pelos seres humanos uns contra os outros e contra outras formas de vida e natureza em geral (GALTUNG, 1990, p. 295, tradução nossa).

De modo geral, o fluxo causal da violência cultural para a violência direta é de fácil identificação. A cultura prega, ensina, admoesta, elimina e encobre a visão de exploração e/ou a repressão como normal e natural, ou até mesmo a camufla para não ser vista. Por consequência, nascem as irrupções, esforços que utilizam a violência direta para possibilitar a

saída da gaiola de ferro estrutural (WEBER, 1971, apud GALTUNG, 1990) e a contra violência que tenta manter a gaiola de ferro intacta, agindo de forma repressiva.

A atividade criminal regular, geralmente, é um esforço realizado pelo oprimido/explorado numa tentativa de redistribuição da riqueza, para que se obtenha vingança, ou a tentativa de se tornar um opressor/explorador, sugando o que a estrutura fornece. A violência direta e estrutural possui a capacidade de criar déficits de necessidades. Quando esse episódio ocorre, podemos falar sobre *trauma* (GALTUNG, 1990). Quando acontece a um grupo, temos o trauma coletivo, que pode sedimentar o consciente coletivo e se tornar o elemento principal para grandes processos e eventos históricos. A suposição básica é simples e verdadeira: “violência gera violência”. A privação das necessidades básicas é uma grave forma de violência. Uma reação seria a violência direta. Todavia, essa não é a única reação. Pode haver também um sentimento de desesperança, uma síndrome de privação/frustração que surge no interior como agressão autodirigida e no exterior como apatia e abstinência. Dada a escolha entre uma sociedade fervente, violenta e uma sociedade congelada, apática como reação à massiva privação das necessidades básicas, os opressores optam pela última.

Nas palavras de Galtung:

Eles preferem 'governabilidade' a 'problemas, anarquia'. Eles adoram 'estabilidade'. De fato, uma forma importante de violência cultural praticada pelas elites governantes é culpar a vítima da violência estrutural que lança a primeira pedra, não em uma estufa, mas para sair da gaiola de ferro, carimbando-o como "agressor". A categoria de violência estrutural deve tornar transparente essa violência cultural (GALTUNG, 1990, p. 295, tradução nossa).

Contudo, a imagem dos estratos de violência não define uma única cadeia causal no triângulo da violência. “Existem ligações e fluxos causais em todas as seis direções, e os ciclos que conectam os três podem começar em qualquer ponto. Esta é uma boa razão pela qual o triângulo às vezes pode ser uma imagem melhor do que o modelo de estrato tríplice” (GALTUNG, 1990, p. 295, tradução nossa). Africanos são capturados, forçados a trabalhar como escravos através do Atlântico; milhões são mortos no processo – na África, a bordo, nas Américas. Essa violência direta maciça, através dos séculos, filtrou e sedimentou a violência estrutural maciça, com os brancos como mestres opressores e os pretos como escravos oprimidos, produzindo e reproduzindo violência cultural maciça com ideias racistas por toda a parte (GALTUNG, 1990). Depois de algum tempo, a violência direta é esquecida, a

escravidão é esquecida, e apenas dois rótulos aparecem para os livros escolares: “discriminação” por violência estrutural maciça e “preconceito” pela violência cultural maciça.

O ciclo de violência viciosa também pode começar na “aresta” da violência estrutural (GALTUNG, 1990). A diferenciação social adquire lentamente características verticais com trocas cada vez mais desiguais, e esses fatos sociais procurariam então ações sociais para sua manutenção e violência cultural para sua justificação. Um exemplo apontado por Galtung (1990, p. 295) seria a generalização materialista (ou seja, estrutural) da teoria marxista. Ou o ciclo também poderia começar pela união da violência direta e estrutural, com um grupo tratando outro grupo tão mal que eles aceitam qualquer justificativa cultural para fundamentar seus atos.

Há mais de mil anos, os Vikings nórdicos atacaram, enganaram e mataram russos. Isso não seria uma boa razão para formular a ideia de que os russos são perigosos, selvagens, primitivos - o que significa que um dia eles podem voltar e fazer o mesmo com nós como fizemos com eles? Até mesmo o ponto de quando a Alemanha atacou a Noruega em abril de 1940, a conclusão oficial se tornou que os russos são perigosos porque podem um dia fazer o mesmo. E aqui vemos o trauma de ataque surpresa (GALTUNG, 1990, p. 295, tradução nossa).

Galtung (1990, p. 295) ainda fala da possibilidade de um estrato mais profundo, a natureza humana, com disposições geneticamente transmitidas, ou pelo menos, predisposições para a agressão (violência direta) e dominação (violência estrutural). O potencial humano para a violência direta e estrutural está lá, assim como também o potencial para paz direta e estrutural. Pessoas procuram comida e sexo sob quase todas as circunstâncias externas, como um determinismo biológico que postula um impulso em sua natureza. Todavia agressão e dominação apresentam grande variação, dependendo do contexto e das condições estruturais e culturais. A preocupação do pesquisador para paz seria conhecer e identificar essas circunstâncias e analisar como moldá-las ou até mesmo removê-las.

Na hipótese de Galtung (1990, p. 296), os termos estrutura e cultura permitem, explicar o conceito de militarização como um processo e o de militarismo como a ideologia que acompanha esse processo. De forma concreta, isto significa identificar aspectos estruturais e culturais que tenderiam a reproduzir de prontidão a ação militar, sua produção e implantação. Isso incluiria o ensino nas escolas, desemprego e exploração em geral. Também, o uso da produção e implantação militar para estimular o crescimento e a distribuição

econômica; ideologias fortemente nacionalistas, racistas e sexistas. O ensino militar em escolas de ensino médio e universidades, moldando seus componentes estruturais e curriculares, como também a disseminação do militarismo como cultura, merecem atenção especial. No entanto, “estrutura” e “cultura” geralmente não estão incluídas nos estudos de “controle de armas”. Segundo Galtung (1990, p.296), esses tabus precisam ser quebrados.

Simplificando a construção sobre violência feita por Galtung, identifica-se ao mínimo uma distinção principal dentro do conceito (AMARAL, 2015), que entrelaça a relação entre violências visíveis e não visíveis. No primeiro campo, o de violências visíveis, desponta a Violência Direta, aquela física ou verbal passível de identificação nas relações e interações humanas, logo manifesta, a qual implica numa ação direta violenta com o propósito de agredir, ofender ou eliminar numa relação perceptível entre os agentes da violência e os receptores da mesma. No segundo campo, o de violências invisíveis, encontra-se a violência estrutural e a violência cultural. A violência estrutural é aquela que permeia as estruturas sociais, relacionada com as injustiças sociais, ou seja, à distribuição de recursos, à exploração, à discriminação e à marginalização. A cultural identifica-se com os ataques que ocorrem ligados aos traços culturais e às identidades coletivas de comunidades políticas, religiosas ou sociais. Logo, são aspectos da cultura que podem ser utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência, de forma direta ou estrutural, de modo que a violência cultural permite enxergar a exploração e repressão como fatos normais (AMARAL, 2015, apud GALTUNG, 1990).

Desta forma, os três aspectos da violência (Direta, Estrutural e Cultural) formam o que se chama “Triângulo da Violência” de Galtung (Figura 2) (AMARAL, 2015).

Figura 2 – O “Triângulo da Violência” de Galtung



Fonte: AMARAL, 2015, p. 106

É possível realizar uma comparação da violência com um iceberg, sendo a sua ponta a violência direta, parte visível e de fácil aferição e reconhecimento. Todavia, abaixo dessa ponta de gelo toda a base submersa - que é a maior parte da massa do iceberg - constitui a violência invisível (Estrutural e Cultural) que com frequência rege a violência física, podendo ser até mais agressiva que a violência direta (AMARAL, 2015).

## **2.4 SOBRE A PAZ**

Como já dito, a paz positiva é a meta de Galtung (RIBEIRO; LIRA 2016). Essa se distingue também, do que já foi explanado sobre Paz Negativa. Esta interpretação de paz implica para Galtung a inexistência da guerra e da violência, o que não se traduz necessariamente em cooperação entre povos e nações e não exclui a predisposição para guerra e conflito. A Paz Positiva, por outro lado, acarreta, além do abandono definitivo da ideia de guerra e rivalidade, a ideia de cooperação entre povos e nações buscando a interação da sociedade humana (SILVA, 2002).

Portanto, nas palavras de Ribeiro e Lira:

(...) visto a mutabilidade dos conflitos, suas diferentes causas e consequências, não é possível definir a paz positiva, e apenas apontar as formas em como alcançá-la, é necessário que haja o rompimento dos outros vértices (trilogia da violência), visto que a violência invisível se mantém e a violência cultural continua legitimando as outras violências. Porém, aos atuais pesquisadores dos estudos para a paz, a promoção da paz é mais complexa, articulada com os valores e tradições de cada sociedade, consolidando-se preventivamente, na base do diálogo e do entendimento dos povos (RIBEIRO; LIRA, 2016, p. 5).

Desta maneira, compreendemos que a paz deve ser um somatório de elementos, um conjunto de valores, uma paz direta (GALTUNG, 1969), ou seja, o contrário daquilo que entendemos por violência direta, a pacificação e resolução de conflitos por meios não violentos, em adição a uma paz estrutural (GALTUNG, 1969), também contrário ao que entendemos por violência estrutural, isto é, Estados e instituições garantindo o bem estar social, o desenvolvimento, a democracia, e a paz cultural, na qual a pluralidade dos povos seja respeitada, de modo que os direitos humanos fundamentais também.

Como dito, a paz positiva deve ser o foco dos Estados. A cooperação, educação, interdependência dos povos e ajuda mútua são ferramentas que devem ser utilizadas para a

construção dessa sociedade melhor. Na dicotomia paz e guerra/violência, a violência, assim como a paz, é vista como uma escolha.

“(.) Galtung propõe a necessidade de uma educação para a paz. Para ele, a violência é estrutural e deriva dos conflitos resultantes das disparidades e tensões socioeconômicas. A violência não é inerente ao ser humano, mas produto de sua cultura, criando a necessidade da formulação e do aprendizado da convivência pacífica, por meio de uma educação para a paz” (SILVA, 2002, p. 37).

A violência estrutural apresentada por Galtung está intrinsicamente ligada ao conceito de paz negativa desenvolvida por ele em seus estudos para a paz. A paz negativa não é a simples ausência de guerra, mas sim aquele modelo de paz que não elimina a predisposição para a guerra ou a violência estrutural da sociedade vitimada pela guerra. Essa violência está ligada ao modo de viver do povo e a manutenção das disparidades das suas necessidades básicas, como a educação, saúde e desenvolvimento social.

Para Galtung, os estudos para paz implicam na escolha da paz em detrimento da guerra/violência, isto é, o abandono de ideias que conduzem à guerra e rivalidade. A formação de um pensamento/educação que guie para a cooperação entre os povos e nações (RIBEIRO; LIRA, 2016).

A paz deve ser propagada como um bem público a cada qual indivíduo tenha direito de acesso e possa fortalecer em si um senso de justiça e respeito para que a convivência recíproca seja coesa e pacífica.

## **CAPÍTULO 3 - BELO MONTE: UMA ANÁLISE SOB A TRILOGIA DA VIOLÊNCIA**

O presente capítulo abordará as implicações da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte nos direitos fundamentais da população que assiste no entorno do projeto (CARNEIRO, 2014), os impactos socioambientais causados pela sua construção (RAVENA; TEIXEIRA, 2010) e a maneira como esses tópicos são analisados pela lente teórica do triângulo da violência de Johan Galtung apresentada no capítulo anterior, minando as bases para uma sociedade harmônica.

### **3.1 ACERCA DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE**

Com uma construção que perdura por mais de duas décadas, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte se destaca por ser a terceira maior hidrelétrica do mundo e pela gama de debates e conflitos em setores políticos, sociais, econômicos e ambientais que está envolvida (CARNEIRO, 2014).

Em 1975, iniciaram-se os primeiros estudos de exequibilidade da construção da hidrelétrica, e o Pará, unidade federativa localizada no norte do Brasil, foi eleito como local preferível para a realização do empreendimento. “Esta região possui a maior parte do potencial hidroelétrico do país, contendo os maiores recursos hídricos do planeta, seguidos pela Rússia e Canadá” (CARNEIRO, 2014, p. 4). O rio em questão é o Rio Xingu, abriga o Parque Indígena do Xingu, primeiro parque indígena do Brasil (CARNEIRO, 2014).

O Rio Xingu abriga uma diversidade biológica de proporções continentais, e a construção de uma usina hidrelétrica como a UHE de Belo Monte infalivelmente afetará todo o bioma numa extensão de milhares de km<sup>2</sup>, além de destruir a vida de inúmeras comunidades que assistem entorno do projeto.

Diversos investimentos já foram aplicados na construção da UHE de Belo Monte, e a região será beneficiada economicamente. Com a construção usina, a vida das pessoas que vivem em seu entorno nunca mais será a mesma, mudará para melhor ou pior, dependendo da conjuntura (CARNEIRO, 2014). Mas no que se refere à questão ambiental e social, a obra terá efeitos catastróficos.

Carneiro expõe:

No Brasil, muitos foram os erros cometidos no passado com a construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí (1984) e Balbina (1989) (CAMPOS, S. R. M. E SILVA, 2010) que se mostraram completamente desvantajosas, e foram consideradas verdadeiros desastres em todos os aspectos – técnico, financeiro, social e ecológico (CARNEIRO, 2014, p. 4).

Não obstante, o governo brasileiro demonstra que nada aprendeu com o fracasso de tais empreendimentos e procura efetivar a construção da UHE de Belo Monte a qualquer custo – “um erro de proporções ainda maiores, e numa época em a questão ambiental mostrasse mais clara, urgente e imprescindível a todas as nações do globo terrestre” (CARNEIRO, 2014, p.4).

Há muito tempo que a UHE de Belo Monte ocupa o centro de debates, um assunto antigo, todavia bastante atual, pois cada dia aparece novos elementos que nutrem a sua história e lhe faz ganhar mais importância. Trata-se de um empreendimento que prenuncia a divisão entre o velho e destrutivo modelo energético (usinas hidrelétricas), e os novos meios de produção de energia limpa, barata e renovável, em concórdia com o arquétipo de desenvolvimento sustentável (CARNEIRO, 2014).

### **3.2 ANÁLISE DE CASO**

Através dos estudos sobre a violência realizados por Galtung (1990), todo ato violento tem origem em um dos vértices do triângulo da violência. No caso da construção da UHE de Belo Monte, por meio da teoria citada, partiremos do vértice da violência estrutural, vértice originário da violência causada pela construção da UHE de Belo Monte, o qual procurará sua validação no vértice da violência cultural e, por consequência, gerará violência direta. A violência estrutural é aquela que permeia as estruturas sociais, relacionada com as injustiças sociais, ou seja, à distribuição de recursos, à exploração, à discriminação e à marginalização.

A UHE de Belo Monte possui um forte viés econômico para o Estado, empresários, acionistas e grandes corporações (CARNEIRO, 2014, p.17). Este viés econômico será aqui explanado e exposto para que o mesmo possa ser caracterizado como cerne da violência estrutural que origina as demais violências entorno do empreendimento da UHE de Belo Monte.

Como dito anteriormente, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte se tornou tópico de debate e investigação devido aos impactos socioambientais que causará (RAVENA;

TEIXEIRA, 2010). Na conjuntura brasileira, a construção de grandes usinas, como a construção da UHE de Belo Monte, vem demonstrando insuficiência para atender a uma necessidade visivelmente crescente por energia elétrica. Ainda que formas menos danosas de produção de energia já tenham surgido, os negócios empreendidos, e o montante de dinheiro envolvido, favoreceram a causa para os interesses econômicos, em oposição à continuidade e preservação da vida do planeta (CARNEIRO, 2014).

Nas palavras de Milton Santos:

Os projetos das grandes empresas, impostos pela tirania das finanças e trombeteados pela mídia, acabam, de um jeito ou de outro, guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas frequentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação e que leve em conta suas características e interesses (SANTOS, 2010, p. 85, apud CARNEIRO, 2014, p 7).

Desta forma, por certo é que o Brasil precisa expandir sua economia, assim como ocorre com outros Estados, e para tal implica o uso de muita energia. Todavia, nada adianta tal crescimento se em paralelo não houver desenvolvimento e sustentabilidade. A geração de energia por meio de recursos hídricos impõe a grupos sociais, graus variados de desagregação, expropriação e supressão de direitos civis, porque, os mesmos não possuem de recursos de poder para lançar, suas demandas e particularidades na agenda que define a matriz energética brasileira (RAVENA; TEIXEIRA, 2010).

Quanto a UHE de Belo Monte, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento esse contido no mencionado artigo 225 da CRFB: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”; e no entendimento de Carneiro (2014, p. 5): “só pode haver desenvolvimento se este for sustentável. A ideia de sustentabilidade está intimamente ligada à ideia de progresso, de viabilidade e harmonia. Sem ela, como dito, não haverá desenvolvimento, más apenas crescimento” – a sua construção é considerada um dos maiores crimes contra a humanidade, e ainda contra a natureza. O alagamento, demandado para a construção da Usina, destruirá áreas consideradas riquíssimas em seus biomas. Além de que, vários povos indígenas e comunidades ribeirinhas serão retirados de sua terra, e a peça e a caça, outrora abundantes, serão radicalmente afetadas (SILVA, 2011).

Numerosos recursos já foram investidos na construção da UHE de Belo Monte, e, segundo Carneiro (2014, p. 4), “certamente a região será beneficiada economicamente, e já está sendo”. O que promove e suste o sistema econômico de um país, maiormente é sua capacidade para geração de energia. O aspecto das cidades e da economia global após a modernidade, todavia não seja a única via possível de crescimento, criou uma forte relação de dependência entre homem-consumo de energia. A estrutura do mercado em si demanda, desde sua essência, mais energia. “O que vem ocorrendo é justamente a falta de equilíbrio entre o “sistema de vida humano” e a forma de nutrição energética indispensável à sua continuidade” (CARNEIRO, 2014, p. 6).

O que ocorre demasiadamente no Brasil é a poluição programada, ou seja:

(...) aquela em que as empresas antes mesmo da ocorrência do dano, e da pena pecuniária decorrente – já prevêm lucros e, portanto, continuam agindo da mesma forma, pois que as penas que lhes são aplicadas não configuram realmente uma punição, já que os lucros obtidos com a poluição são muito maiores do que as eventuais sanções (FIORILLO, 2012 apud CARNEIRO, 2014, p. 8).

A UHE de Belo Monte polui e causa danos ambientais irreversíveis sob aval estatal. Mesmo com alertas vindos de ambientalistas, cientistas e índios, o governo não mudou sua decisão em relação à construção de Belo Monte. Neste momento, no estágio em que se encontra a obra, os interesses econômicos são tamanhos, que se vêm suplantando Direitos Fundamentais dos Índios e demais populações ribeirinhas que assistem entorno do Rio Xingu (CARNEIRO, 2014).

Nas palavras de Carneiro (2014, p. 9):

Na linha de pensamento do mestre Milton Santos, evidencia-se que o Brasil vem abrindo mão da sua soberania, na medida em que se vende política e economicamente a interesses internacionais, sem equacionar os danos que isto irá causar às gerações futuras.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, concebeu um leque de metas e investimentos a favor do crescimento do Brasil, todavia foram obliteradas estratégias para conservação do meio ambiente. O PAC executa mudanças que, ao invés de favorecerem o desenvolvimento do Brasil, ocasionam o crescimento do lucro de empresários, acionistas e grandes corporações (CARNEIRO, 2014).

O PAC também se mostra uma maneira de os governantes manterem sua posição no poder, por meio do conjunto de influências dos capitalistas que lucram com empreendimentos de obras grandiosas. “Cada vez que o governo libera mais verbas para o PAC, o apoio econômico e ideológico surge para reforçar a sua continuidade nas próximas eleições” (CARNEIRO, 2014, p. 17).

Explicado o viés econômico que o empreendimento da UHE de Belo Monte apresenta para a economia e mercado brasileiro e como isso conseqüentemente impulsiona a construção da mesma originando violência estrutural - e já apresentado casos de ocorrência de violência estrutural, casos que serão caracterizados tardiamente – essa violência estrutural, como mencionado, procurará legitimação na violência cultural para que seus atos violentos possam ser justificados perante a sociedade.

Analisando essa busca por legitimação na área de violência cultural - aspectos da cultura que podem ser utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência, de forma direta ou estrutural, de modo que a violência cultural permita enxergar a exploração e repressão como fatos normais; ataques que ocorrem ligados aos traços culturais e às identidades coletivas de comunidades políticas, religiosas ou sociais (AMARAL, 2015, apud GALTUNG, 1990) - identificamos dois aspectos que lançam base para esta violência: a modernização e o desenvolvimentismo.

Essa sociedade na qual nos encontramos hoje, a sociedade moderna, apresenta elevado grau de dinamismo, e isto está dismantelando os pilares que estruturam essa mesma sociedade.

Essa sociedade “reflexiva” (RODRIGUES, 2013) entra em confronto com aquilo que ela mesmo criou, de maneira tal que os riscos se constituem em incertezas que terão que defrontar como algo admissível pelos empreendimentos e os novos recursos tecnológicos utilizados, de modo que não se é possível mensurar esses riscos incertos, nem antever quem por eles será atingido.

Segundo Beck (2010, apud RODRIGUES, 2013, p. 2), a produção social de riqueza é seguida pela produção social de riscos na modernidade tardia. O ideal de distribuição de riqueza na sociedade de escassez para com a distribuição de riscos é atrelado a duas condições: carência material e forças produtivas em crescimento que geram riscos e potencialidades de ameaça a níveis desconhecidos no processo de modernização.

Assim sendo, o desenvolvimento também passa por tais riscos, de modo que as tensões entre desenvolvimento e meio ambiente/sociedade persistem, sendo que o viés economicista é

um dos fatores de questionamento pelas organizações ambientalistas (RODRIGUES, 2013), e os impactos socioambientais em áreas indígenas e comunidades tradicionalmente ali já estabelecidas pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, compondo o movimento mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais e religiosos pertencentes a Prelazia do Xingu e Organizações não governamentais (ALVES, 2010).

Desta forma, notamos que a violência estrutural efetuada pela construção da UHE de Belo Monte buscar validar-se na violência cultural utilizando de linhas de pensamentos que podem ser entendidas como modernização e desenvolvimentismo. Como mencionado anteriormente, é notório para esse processo de validação de violência estrutural que os agressores busquem esses ideais culturais e ideológicos, até mesmo criar ou lançar dados e pensamentos que legitimem suas ações de violência estrutural e também direta.

Vamos expor aqui dados que comprovem essa busca para a legitimação da violência estrutural do empreendimento, dados que são lançados de forma ilícita dentro do viés “simbólico” de avanço econômico e desenvolvimento, visto que:

(...) um projeto de desenvolvimento econômico e social deve ser pautado pelo respeito às diversidades regionais e culturais. Projetos de inversão de capital não raramente são travestidos –e vendidos –como projetos de desenvolvimento. Para uma parte expressiva de estudiosos da economia e da sociedade o desenvolvimento, para merecer esse nome, deve pressupor e incorporar outras dimensões (EL SAIFI; DAGNINO, 2011).

O Estudo de Impactos Ambientais (EIA), criado para subvencionar o empreendimento da UHE de Belo Monte, apresenta várias lacunas originadas já pelo conhecido processo de ocultar impactos para categorias sociais presentes em regiões que serão afetadas, buscando uma diminuição nos custos de transação e processos indenizatórios, de modo a mascarar impactos sobre os modos de vida da população que assiste na Amazônia (RAVENA; TEIXEIRA, 2010).

Segundo Ravena e Teixeira (2010, p. 3):

(...) não se pode deixar de perceber a forma que o EIA pretende mascarar a falta desse modelo. Numa estratégia discursiva que tende a induzir o leitor à percepção de que os atingidos não sofrerão grandes mudanças, como, por exemplo, nas considerações acerca dos grupos que serão atingidos, os elaboradores do EIA tentam obnubilizar a inflexão negativa e vertiginosa nos padrões de segurança alimentar e hídricos a que serão impedidos pescadores e agricultores da região atingida. O EIA evita enfrentar o

jogo político originado pela subtração do direito à vida dessas pessoas que enfrentarão a falta de água, de peixes e de todos os outros recursos subtraídos pelo desvio do curso do rio na região denominada pelos moradores da área de Volta Grande.

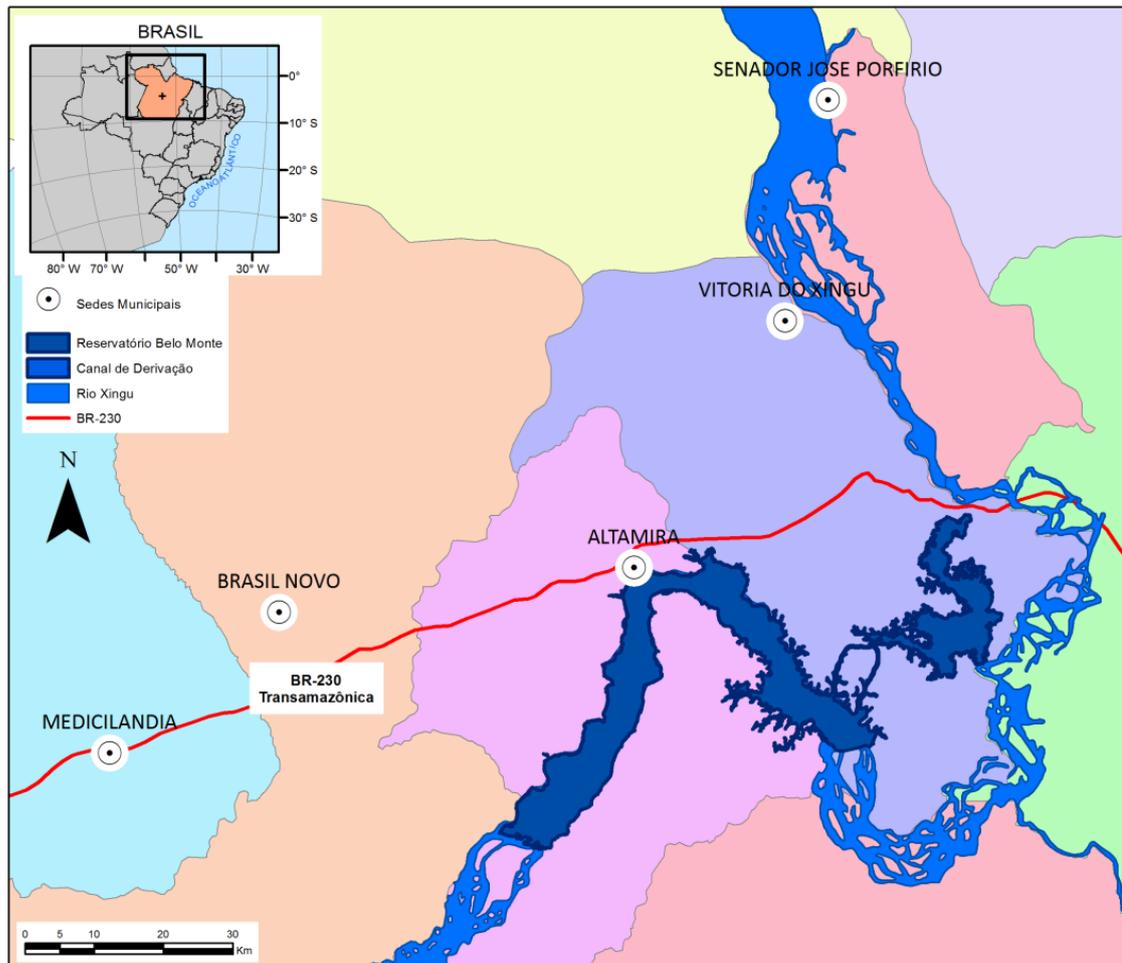
A carência de um modelo elaborado a fim de interpretar dados qualitativos e quantitativos e de análise do consumo hídrico das atividades produtivas dos grupos sociais atingidos pelo EIA, expõe a exasperação daqueles que elaboram o estudo no âmbito das humanidades e se mostra uma tática mais política do que técnico-científica, para que seja camuflada a transgressão dos princípios do Direito Econômico, Social, Ambiental e Cultural à sociedade e aos operadores da justiça e tomadores de decisão (RAVENA; TEIXEIRA, 2010).

No caso de Belo Monte (EL SAIFI; DAGNINO, 2011), agentes desses projetos de desenvolvimento, que na verdade nada mais são que projetos de investimentos, utilizam de manipulação de informações, manipulação das leis, cooptação e até mesmo de violência física e psicológica. Várias já foram as acusações feitas ao governo e ao consórcio responsável pela construção da hidrelétrica, a Norte Energia S.A., de tentarem eliminar forças protestatárias e coalizões de agentes contrários ao empreendimento “ (tais como ONGs socioambientalistas, ribeirinhos, indígenas, líderes religiosos e sociais, dentre outros) ” (EL SAIFI; DAGNINO, 2011, p.5), utilizando de estratégias antiéticas e até mesmo ilegais, como as já mencionadas acima.

Explanado o arcabouço da violência cultural utilizado pela violência estrutural na busca pela sua autolegitimação e daqueles que serão beneficiados pelo viés econômico da construção do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, elucidaremos e classificaremos a seguir as formas de manifestação de ambas violências estrutural e direta, para não somente com a população que assiste entorno da construção, mas também para com a humanidade em si.

Na figura 3, é apresentada a área que será alagada e os municípios relacionadas a essa área, segundo o Relatório de Impacto Ambiental, são eles: Altamira (área urbana e rural), Vitória do Xingu (rural) e Brasil Novo (rural); além das áreas cuja a influência será indireta; Anapu, Senador José Porfírio, Pacajá, Gurupá, Medicilândia, Placas, Porto de Moz, Uruará (LEME, 2009).

Figura 3 - Volta Grande e reservatório da Usina Belo Monte, como planejado, no Rio Xingu



Elaborado pelos autores com base nas malhas do IBGE e do EIA Belo Monte.

Fonte: EL SAIFI; DAGNINO, 2011, p. 9

Análises de especialistas apontam que estudos do projeto supervalorizam os número do verdadeiro volume de água do Xingu, que a seca pode atingir populações (indígenas e ribeirinhos) que dependem diretamente do rio Xingu para sobreviver, que não está regulamentado em lei o aproveitamento hídrico em terras indígenas, que não há estudos consistentes que comprovem os danos que o alagamento causará em partes da cidade de Altamira, nem se sabendo também a quantidade de pessoas que terão de ser deslocados e nem onde serão realocadas (RODRIGUES, 2013, p.4).

Especialistas e estudiosos também chamam atenção para grande quantidade de vegetação que ficará submersa acarretando o apodrecimento da mesma, fazendo com que uma grande quantidade de gás metano seja emitido, o que contribui para o efeito estufa em uma proporção de vinte e uma vezes mais que o gás carbônico, e que mais de cem mil pessoas migrarão para a região devido ao empreendimento, sendo que ao findar do mesmo, cerca de trinta e duas mil pessoas ainda permanecerão lá após o termino da obra, o que gerará

inúmeros desempregos (RODRIGUES, 2013). Doenças como leishmaniose, dengue, febre amarela, doença de Chagas e principalmente a malária (principal doença em importância epidemiológica da região amazônica), encontrarão um ambiente propício para a sua proliferação. Devido a alguns trechos do rio que terão o seu volume de água drasticamente reduzidos, surge também o problema com a diminuição dos peixes, de maneira tal que as condicionantes ao projeto impostas pelo Ibama também implicam em projetos para o combate das doenças e permitir que as populações que dependem da pesca como meio de subsistência tenham alternativas (RODRIGUES, 2013).

O Parecer Técnico do Ibama 06/2010 registra a seguinte conclusão:

Considerando o exposto, conclui-se que: 1 – a vazão de cheia de 4.000 m<sup>3</sup>/s apresenta sérias restrições ambientais; 2 - a vazão de cheia de 8.000m<sup>3</sup>/s, apesar de permitir a inundação de parte das planícies aluvias, já representa uma importante restrição face às condições atuais; e 3 - a proposta do Hidrograma de Consenso, devido à existência de anos com vazões de cheia inferiores a 8.000m<sup>3</sup>/s, não apresenta segurança quanto à manutenção do ecossistema para o recrutamento da maioria das espécies dependentes do pulso de inundação, o que poderá acarretar severos impactos negativos, inclusive o comprometimento da alimentação e do modo de vida das populações da Volta Grande (...).

A Comissão Mundial de Barragens (CMB) (2005, p. 303 apud EL SAIFI; DAGNINO, 2011, p. 7), discursa que as barragens proporcionaram uma importante e significativa contribuição ao desenvolvimento humano, e os benefícios procedentes delas foram significativos, todavia, com as construção das mesmas, em torno de 40 a 80 milhões de pessoas tiveram de ser deslocadas de modo físico em todo o planeta e as populações afetadas sofreram constantemente efeitos prejudiciais a sua saúde e meios de subsistência, devido as mudanças ocorrentes no meio ambiente e da ruptura social.

A GWP – *Global Water Partnership* estabelece um grupo de metas no qual é possível reconhecer que a escassez a qual serão expostas as populações que assistem na região da Volta Grande são expressões de injustiça e indignidade que o empreendimento da construção da UHE de Belo Monte implica a esses grupos, contrapondo em nível internacional o que os Direitos Humanos têm apregoado, ou seja, a violação da vida digna, do trabalho e da propriedade (RAVENA; TEIXEIRA, 2010).

Nas palavras de Ravena e Teixeira (2010, p. 7):

A dignidade é afetada quando o alimento é retirado do alcance daquele que necessita, e quando este mesmo indivíduo, tiver que mudar sua propriedade para outra área como compensação, aparentemente satisfatória, do transtorno que lhe será causado. Seu trabalho como pescador desaparecerá e áreas serão inundadas.

Dentro da conjuntura apresentada, identificaremos e classificaremos os tipos de violência ocorridos. Começamos a falar da violência estrutural que o nosso sistema societal está causando a população que assiste em torno do empreendimento da UHE de Belo Monte. Como todo ato de violência, como mencionado, possui seu sujeito, ação e objeto, podemos identificar como sujeito a construção da UHE de Belo Monte, o governo e demais camadas mencionadas que lucrarão com o empreendimento economicamente; como ação, os atos de violência cometidos por este sujeito; e por fim, mas não mesmo importante, o objeto, configurado pela população impactada pela construção do empreendimento.

A violência psicológica aparece quando são utilizados meios e instrumentos que afetam a “alma” e o emocional afim de restringir movimentos humanos. Mentiras, lavagem cerebral e doutrinações de vários tipos que servem para a redução das potencialidades mentais. Podemos citar aqui as promessas de desenvolvimento propagada a população que reside em torno do empreendimento, como melhores condições de vida e de trabalho. Um discurso que procura alienar as faculdades mentais dos atingidos pelo empreendimento para que a construção do mesmo seja facilitada e encubra os impactos que serão gerados.

Em entrevista gravada com um empresário em 2009, participante do movimento FORT-Xingu, movimento esse formado por “empresários, comerciantes, prefeitos, profissionais liberais, e integrantes também dos movimentos sociais que concebem a construção da barragem como uma estratégia de desenvolvimento econômico” (ALVES, 2010, p. 1), surge esse discurso de desenvolvimento voltado para economia, ignorando os impactos contrários que surgirão:

Acreditamos que a construção desta hidrelétrica trará novas perspectivas de emprego, turismo e geração de renda, afinal os resultados de algumas barragens, como a de ITA em Santa Catarina, nos mostraram que é possível pensarmos em melhorias econômicas e sociais. O cidadão tem direito de escolher seu próprio caminho, tenho impressão se assim o for, estaremos melhorando o acesso a todos sem distinção. A justiça se fará quando todos tiverem direitos iguais (Empresário. Entrevista gravada em 2009) (ALVES, 2010, p. 8).

Vejamos também o seguinte discurso:

Para mim direito é uma palavra muito usada de forma indevida. Esta barragem vai trazer benefícios e desenvolvimento econômico, vamos ter dinheiro para fortalecer nossas instituições, melhorar nossos postos de saúde, de vigilância, hospitais. Todos terão mais acesso a direitos fundamentais. Para mim teremos mais justiça e qualidade de vida quando o cidadão tiver acesso à educação. Nossa cidade com a barragem pode melhorar a educação de todos. (Prefeito. Entrevista gravada em 2009) (ALVES, 2010, p. 8).

Nestes discursos fica claro a incidência de violência psicológica propagada pela estrutura evidenciando desenvolvimento, saúde, direito, justiça e bem-estar da população como consequência da chegada da UHE de Belo Monte.

Expressões como desenvolvimento e progresso não se manifestam na boca dos moradores que são entrevistados a respeito da construção. “Os moradores da comunidade Santo Antônio são pescadores sem pesca, pois várias espécies desapareceram. É uma comunidade com escassez de recursos naturais, solos compactados, etc.” (ALVES, 2010, p.12).

Segundo Alves (2010, p. 12):

A baixa escolaridade é uma barreira dentro do campo do desenvolvimento. As regras, a formação de consórcios de empresas, os relatórios de impactos ambientais, são instruções escritas, fundamentada no planejamento de um projeto, portanto excluem populações não escolarizadas, mesmo a competência comunicativa que caracteriza muitos militantes não é um recurso suficiente de convencimento. Portanto, a apropriação do projeto por parte dos moradores é altamente improvável.

Sobre a classificação entre violência positiva ou negativa, violência por indispensabilidade como meio necessário para alcançar determinado fim, vemos que a estrutura da construção de Belo Monte está repleta de violência positiva, ou seja, pratica atos de violência como o realocar a população afetada, findar como o meio de subsistência de inúmeros grupos que dependem do pequeno comércio da região ou da pesca para sobrevivência, e até mesmo doenças que surgiram com a construção da hidrelétrica. Moradores não incorporarão as mudanças radicais as quais serão expostos, veja os seguintes discursos:

Têm sempre muita gente passando aqui e falando desta barragem, dizem que vamos sair daqui e vamos ser indenizados, se for assim vou comprar uma casinha em Altamira. Mas não sei o que vou fazer, na cidade. Há muita gente falando sobre esta barragem e poucas explicações. (Morador. Entrevista gravada em junho de 2009) (ALVES, 2010, P11).

Para mim, tanto faz, não tem nada neste local, moro aqui desde a fundação e se não fosse este pequeno comércio para sobreviver morreria de fome. Quando cheguei tinha muito peixe e tartaruga, eu era pescador. Os peixes diminuíram e proibiram a venda de tartarugas, querem que a gente viva do que. Aqui não tem nada. (Morador. Entrevista gravada em junho de 2009) (ALVES, 2010, P.11).

Os impactos que a construção do empreendimento está causando não só se caracteriza de forma psicológica, todavia também como violência positiva, já que a violência para com a população atingida está ocorrendo de forma indispensável para a construção do empreendimento.

A terceira forma de classificar a violência é se há ou não objeto que sofre a violência diretamente, ferido diretamente ou biologicamente. No caso da construção de UHE de Belo Monte, já apresentamos casos de indivíduos que foram afetados pela violência consequente do empreendimento. Essa violência, que possui ou não objeto, também se manifesta pelo medo psicológico que o empreendimento pode causar, ou seja, por vezes ninguém é ferido diretamente, entretanto o medo da mudança radical que sobrevirá com a hidrelétrica impacta de forma indireta grupos que a temem e sofrem psicologicamente de uma ansiedade antecipatória do que terão de enfrentar em suas vidas.

Nas palavras de Rodrigues (2013, p. 8), esse tipo de violência fica clara no seguinte trecho:

No caso de Belo Monte, a sociedade está inquieta por não saber o que a construção da hidrelétrica pode ocasionar, estando insegura, ainda, quanto a eventuais precauções que o governo tenha tomado para evitar todos os riscos que uma grande obra como esta envolve, seja pela falta de gestão desses riscos, seja pela inevitabilidade dos mesmos.

A quarta forma de classificação de violência, como mencionada no capítulo anterior é se há ou não algum sujeito que comete essa violência. O exemplo dado foi que se um marido bate em sua esposa, então caracteriza-se em violência direta e pessoal, todavia se um milhão

de maridos mantêm suas esposas em ignorância, então há violência estrutural. Na conjuntura de Belo Monte, podemos notar que a violência ocorre de forma direta sim, como será mencionado posteriormente, todavia sua origem é estrutural. Seus efeitos são catastróficos e violentam várias pessoas por meio do arranjo construído em sua estrutura e na sociedade. Vejamos os seguintes discursos:

A história nos mostra que essas barragens (citando como exemplo, Tucuruí e Sobradinho), foi um desrespeito aos direitos dos cidadãos, até hoje tem pessoas sem indenização, foram expulsas de suas terras sem direito a nada. Agora dizem que humanizaram esses projetos para a Amazônia, fizeram estudos de impactos ambientais, etc;. Que nada, esta energia não servirá para nós, acabam com nossas riquezas naturais, destroem o meio ambiente em nome de uma barragem que irá atender mais ao sudeste do que aos moradores da região. Não queremos “este tipo de progresso” (Liderança do Movimento Xingu Vivo para sempre. Entrevista gravada em maio de 2009) (ALVES, 2010, p.10).

Não há nada que me convença de que será diferente esta barragem. Conseguimos por mais de duas décadas impedir esta construção. A história neste país é reveladora. Os grandes projetos para a Amazônia foram para atender a elite, desrespeitaram a constituição, não respeitando a cultura indígena, dos caboclos. Não há desenvolvimento social nem justiça em uma construção como esta. Há interesses de grupos econômicos. Os direitos humanos - dos mais pobres - serão novamente negligenciados (Padre da Prelazia do Xingu. Entrevista gravada em maio de 2009) (ALVES, 2010, p. 10).

Os discursos acima expõem de forma clara como a violência estrutural propaga por Belo Monte está impregnada na estrutura e afeta indígenas, caboclos e de mais povos que habitam entorno do empreendimento.

A quinta classificação de violência é se a mesma é intencional ou não. No caso da UHE de Belo Monte, as mudanças drásticas que sobrevirá sobre os atingidos já se mostrou notória e seus dados já foram expostos e propagados, o que conscientiza aqueles que patrocinam e apoiam o andamento do empreendimento, mesmo levando em conta os seus “efeitos colaterais”. Dentro de sistemas éticos e de jurisprudência judaico-cristão e romano, a culpa deve ser decidida de acordo com a intencionalidade, enquanto a definição de violência localiza-se no lado da consequência. Se o arquétipo de Belo Monte sabe dos efeitos que irá causar sobre muitos e mesmo assim não cumpre com exigências demandadas para evitar a violência, podemos classificar seus atos também como intencionais.

Deste modo:

Os atingidos não estão contra o governo, contra o desenvolvimento ou mesmo contra as demais pessoas, estão contra a condenação de suas vidas. Não desejam recompensas, não buscam redistribuição de recursos, mas sim a manutenção do *status quo*, da vida, exatamente como era antes. Evidentemente, não há como lutar contra os interesses de um governo e de um grupo de beneficiados com essa construção, muito menos contra o alegado desenvolvimento. O problema é o preço que será pago por essas pessoas. Um Governo, possui como dever primordial observar o tratamento igualitário para com todos os seus súditos, e estes, cobrar-lhe fidelidade. Com a construção da hidrelétrica o governo ignorou a escolha das pessoas pelo seu próprio destino e não concebeu políticas públicas que facilitassem o destino escolhido pelas pessoas envolvidas (RAVENA; TEIXEIRA, 2010, p. 8)

A última classificação é entre violência manifesta ou violência latente. Como o nome já diz, a violência manifesta é aquela passível de fácil identificação, já a latente é difícil de se identificar. A violência latente explica situações de equilíbrio instável, de maneira que os níveis de realização atual não são suficientemente protegidos contra a deterioração por mecanismos de defesa. Analisando Belo Monte por meio desta “lente”, vemos, além da violência manifesta, a violência latente de um modo de pensar o desenvolvimento somente por meio de um viés econômico; por ignorar as consequências drásticas que os atingidos sofrerão e até mesmo por ignorar, como já citado acima, o que já ocorreu no Brasil com outras construções de hidrelétricas: “Foi um desrespeito aos direitos dos cidadãos, até hoje tem pessoas sem indenização, foram expulsas de suas terras sem direito a nada” (Liderança do Movimento Xingu Vivo para sempre. Entrevista gravada em maio de 2009) (ALVES, 2010, p.10).

Nas palavras de Carneiro (2014, p.4):

No Brasil, muitos foram os erros cometidos no passado com a construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí (1984) e Balbina (1989) (CAMPOS, S. R. M. E SILVA, 2010) que se mostraram completamente desvantajosas, e foram consideradas verdadeiros desastres em todos os aspectos – técnico, financeiro, social e ecológico. Mesmo assim o governo brasileiro vem mostrando que nada aprendeu com o fracasso de tais empreendimentos, e busca implementar a usina de Belo Monte a qualquer custo – um erro de proporções ainda maiores, e numa época em a questão ambiental mostrasse mais clara, urgente e imprescindível a todas as nações do globo terrestre.

Desta maneira percebemos que a violência não está só presente somente em atos manifestos, mas também como se a violência estivesse presente no dia, hora, minuto, segundo, cada lágrima de choro (GALTUNG, 1969). Precisamos de uma forma para expressar essa violência – é isso que o conceito de violência manifesta e latente faz por nós.

Dada as várias formas de classificações de violência e como elas estão ocorrendo dentro do panorama da violência estrutural causada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, vamos expor agora os casos de violência direta que provieram desta violência estrutural originária.

Em matéria publicada na revista Istoé de dezembro de 2011 por Flávio Costa, autoridades policiais, lideranças de movimentos sociais e moradores apontam o fluxo populacional gerado pela obra como um dos fatores responsáveis pelo aumento de alguns dos índices de violência nos 11 municípios atingidos diretamente pela hidrelétrica. Tráfico de drogas, estupros, ameaças, porte ilegal de arma, flagrantes e lesões corporais são crimes que registraram elevação considerável nas estatísticas policiais. Em Altamira, uma cidade de 100 mil habitantes, os flagrantes aumentaram em 62% e a quantidade de armas apreendidas subiu em 379% quando se compara 2010 com 2011. O delegado Paulo Kisner, chefe em exercício da Delegacia da Polícia Federal em Altamira, afirma: “O tráfico de drogas e os assaltos a bancos intensificaram-se na região do Xingu por causa do maior número de pessoas e da movimentação de recursos nas cidades gerada pela obra” (COSTA, 2011).

Ainda utilizando dos dados da matéria de Costa, podemos relatar um caso ocorrido em outra localidade conhecida como Baixão da Olaria, onde os pontos de crack e cocaína cresceram em “proporção geométrica”. Costa (2011) relata:

Foi nesse local que aconteceu o crime mais chocante do ano na região: o linchamento de Francisco Galvão, 17 anos, por um grupo de taxistas. Ele tentou defender o irmão Franciel, acusado de participar de um assalto a táxi, e foi espancado e esfaqueado. Um dos taxistas presos pelo crime chegou a ser resgatado por colegas que invadiram a delegacia local, onde o efetivo resumia-se, naquele momento, a um escrivão. O pai do jovem, José Roberto Galvão, 39 anos, mudou-se de lá. “Francisco era um menino trabalhador, não usava droga, não dava problema. Aqui está meio bárbaro. É cada um por si agora”, diz Galvão.

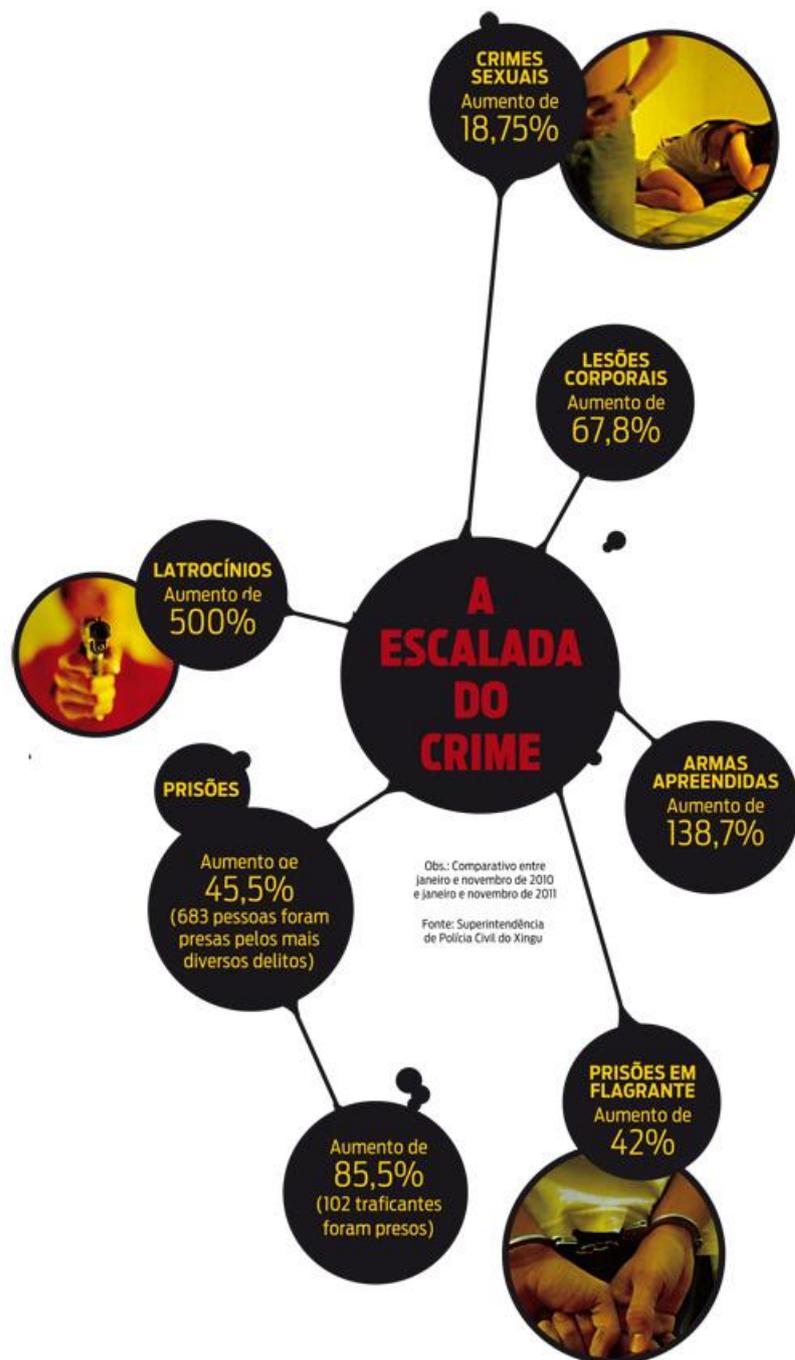
Segundo artigo publicado no site do movimento Xingu Vivo para Sempre, a coordenadora do movimento, Antonia Melo, fala da violência endêmica que tem atingido as moradoras da cidade de forma estrutural e criminal (direta):

De um lado, há a violência sobre as mulheres que têm sido obrigadas a abandonar suas casas e terras, que não receberam as indenizações devidas, que foram transferidas para os reassentamentos da Norte Energia onde as casas já estão se desfazendo, onde não há nenhuma estrutura de saúde, educação, transporte ou possibilidade de trabalho. E há o aumento de casos de assassinato de mulheres, estupro, aliciamento de meninas, prostituição, violência doméstica, drogas e outras.

De acordo com dados da Delegacia de Mulheres de Altamira, em 2014 foram contabilizadas 548 notificações de crimes contra a mulher na cidade, sendo 353 ameaças, 108 casos de lesão corporal, sete estupros de mulheres adultas e 14 de menores vulneráveis.

Através da figura – 4 podemos observar o aumento na incidência de crimes depois do início da construção do empreendimento de Belo Monte.

Figura 4 – Comparativo entre janeiro e novembro de 2010 e janeiro e novembro de 2011



Fonte: Superintendência da Polícia Civil do Xingu

Ainda falando sobre violência direta e, agora, ligando esta à violência cultural, podemos falar sobre como a violência incidirá sobre os indígenas que assistem nas regiões afetadas pela UHE de Belo Monte.

Quando se trata dos povos indígenas, a violência cultural aparece em demasia e desde o início da colonização. Como ressalta Carneiro (2014, p.19): “Os povos Indígenas sempre foram vistos como entrave para as pretensões colonialistas de Portugal no Brasil, exceto no

que diz respeito à sua mão de obra, que chegou a ser explorada largamente antes da adoção da escravidão dos negros”.

Como ficará a situação indígena depois que todo o ecossistema local do Xingu for inundado para a construção da UHE de Belo Monte? Podemos dizer que seus direitos fundamentais serão violados, já que atividades antes indispensáveis para a sua formação cultural deixarão gradativamente de existir. Como exemplo podemos citar atividades como a pesca e a caça, que ficarão totalmente comprometidas após a enchente (CARNEIRO, 2014).

Pelos direitos fundamentais indígenas entendemos o que se encontra no art. 231 da CRFB/ 88, “*verbis*” (FIORILLO, 2012): “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Quando se desloca um povo que ali residiu e se desenvolveu por gerações, não se atinge somente a propriedade - sendo que esta possui um significado muito mais singelo para os índios - mas também a essência da sua existência; rompe-se o elo de ligação com seu passado e formação, conseqüentemente impede-se que sigam o curso digno rumo ao que a humanidade visava (CARNEIRO, 2014).

Segundo Carneiro (2014, p. 21):

Há mais de 500 anos que o Brasil vem servindo aos interesses estrangeiros, em detrimento de buscar o bem e o desenvolvimento para seu próprio povo. Muitos são os recursos retirados do Brasil durante a sua breve história. O ouro, a prata, os diamantes; a cana, a borracha, o cacau; o petróleo; da patente dos remédios advindos das nossas florestas (GALEANO, 1971), ao material genético que foi usurpado dos índios ianomâmis; e também agora, com a construção da usina Belo Monte, os nossos recursos hídricos estão sendo afetados, juntamente com o mais precioso bioma do planeta Terra, e “de quebra” os povos originários do Xingu estão sendo escorraçados da terra em que sempre viveram.

Dada a conjuntura apresentada de como a UHE de Belo Monte mina as bases para uma sociedade harmônica e ainda despertar formas de violência direta, estrutural e cultural, podemos expor dados levantados em pesquisa de campo por El Saifi e Dagnino em março de 2011 no município de Altamira – PA que ainda demonstram a violência conseqüente do empreendimento:

Observou-se que: (1) o crescimento demográfico em Altamira (de 28% entre 2000 e 2010, segundo o IBGE), até aquele momento, não estava sendo acompanhado das ações antecipatórias –e obrigatórias –que preparariam a região para receber a obra; (2) a deficiência nos serviços e equipamentos públicos estava se agravando – ainda não existe coleta de esgoto no município e apenas 11% da população tem abastecimento de água (SNIS, 2009); (3) o custo de vida apresentava-se em constante alta, sendo exemplar os reajustes nos valores de imóveis nos últimos anos, sobretudo no último – foram muitos os relatos de casos de aluguéis que chegaram a duplicar ou até triplicar de valor na renovação de contrato; (4) houve incremento na falta de moradias e houve criação de novos bairros ilegais, obviamente desacompanhados de qualquer infraestrutura; (5) houve aumento do alcoolismo e do uso e tráfico de drogas, bem como da violência decorrente dessa questão; (6) tem sido crescente a incidência de problemas e acidentes de trânsito, que passaram a ser corriqueiros em função da intensificação do fluxo de veículos e da falta de manutenção das vias esburacadas, mal sinalizadas e sem semáforos até aquele momento; (7) o transporte público é praticamente inexistente, limitando, sobretudo, a mobilidade da população que vive nas áreas de expansão do município, cujo transporte se restringe a bicicletas, para quem as possui, ou a moto táxi ou táxi, para os que podem pagar (ELSAIFI; DAGNINO, 2011, p. 10-11).

Desse modo podemos ver como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte mina as bases para uma sociedade harmônica; como lança formas de violência, seja direta, estrutural e cultural, afetando a população que assiste entorno do projeto, além dos seus impactos socioambientais. Nas palavras de Carneiro (2014, p. 22):

De fato, temos que nos envergonhar. No entanto o que precisamos, sobretudo, é nos revoltar e agir contra a tendência subserviente do Estado brasileiro perante interesses econômicos de dentro e de fora do nosso país, mas que atuam contra os ideais supremos da nação, os mesmos que constituem os Princípios e os Direitos Fundamentais positivados na Constituição Federal de 1988.

#### 4. CONCLUSÃO

Desde o início dos anos 70, a Amazônia tem sido cenário de experiências desenvolvimentistas e de contínuos conflitos de interesses que não recebem devida importância, de modo que se torna muito presente historicamente a violência, a especulação, a corrupção e a ilegalidade (EL SAIFI; DAGNINO, 2011). No caso da UHE de Belo Monte, as questões de maior relevância são as mudanças causadas na volta grande do Xingu e das pessoas que ali assistem (RODRIGUES, 2013).

Neste percurso, concluímos que Belo Monte representa um projeto de inversão de capital, voltado para interesses de capital nacional e internacional, pautada em um viés de desenvolvimentismo econômico que não leva em consideração de mais fatos como as necessidades socioeconômicas da população envolvida, além de contribuir para um roteiro de caos trabalhista, exploração sexual, violência e pressão sobre educação, saúde e recursos naturais (EL SAIFI; DAGNIN, 2011).

Por meio da Trilogia da Violência de Johan Galtung, pudemos identificar e classificar esses atos de violência citados, os quais decorrem da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Observamos como a violência direta, estrutural e cultural estão imbuídas na construção desse empreendimento e como isso mina as bases para uma sociedade harmônica. Averiguamos como a violência estrutural disseminada pela construção da UHE de Belo Monte procura sua legitimação na violência cultural, de forma que se pauta no conceito de desenvolvimentismo e de sociedade transformadora para justificar seus atos de violência, consequentemente manifestos também de forma direta, como já exposto.

A meu ver, o empreendimento de Belo Monte não é somente um desrespeito com a população que é afetada pela sua construção e para com um dos biomas mais ricos do planeta. Belo Monte não só mina as bases para uma sociedade harmônica local e contemporânea, como também atinge a gerações futuras, privando-os de recursos naturais e impregnando violência no *modus vivendi* societal. Antes de chamarmos a construção da UHE de Belo Monte de progresso pelo desenvolvimento, podemos nos lembrar de um desenvolvimento alternativo do qual fala Loureiro (2009, p.234 apud EL SAIFI; DAGNINO, 2011, p. 14): “de característica durável e com perfil distributivo, capaz de promover mais inclusão que exclusão, com acento na justiça social e no respeito às diferenças”.

## REFERÊNCIAS

A verdadeira paz: desafio do Estado democrático. SILVA, JORGE VIEIRA DA. *São Paulo Perspec.* [online]. 2002, vol.16, n.2, pp.36-43. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000200005>. Acesso em abr de 2017.

ALVES, J. M. **Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações sociais que circulam em torno do conceito de desenvolvimento.** Trabalho apresentado na ANPPAS, realizada entre os dias 04 a 07 de outubro de 2010, Florianópolis-SC, Brasil.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. *Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância.* Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, nº 19, 2015, p. 101

BRIGAGÃO, Clóvis. *Estudos e Pesquisas da Paz no Brasil: Uma Memória.* Panorama Brasileiro de Paz e Segurança - São Paulo : Hucitec ; Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CARNEIRO, Maurício. *A Usina Hidrelétrica de Belo Monte e suas implicações quanto aos Direitos Fundamentais da população que vive em torno do projeto.* JusBrasil – Artigos, 2014. Disponível em: <http://mauriciocarneiro.jusbrasil.com.br/artigos/113959939/ausinahidreletricadebelomonteesuasimplicacoesquantoaosdireitosfundamentaisdapopulacaoqueviveemtornodoprojeto> [consultado em 19/06/2017].

CONCHA, Percy Calderón. *Teoria de Conflitos de Johan Galtung.* in Revista Paz y Conflictos, nº 2, 2009, p. 60 a 81.

**Constituição (1988).** **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988**. 292 p.

COSTA, Flávio. A violência que veio com a usina: Região afetada pela obra de Belo Monte, no Pará, sofre com o aumento dos índices de criminalidade. **Istoé**, São Paulo, n. 2197, dez. 2011. Disponível em: [http://istoe.com.br/183241\\_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA/](http://istoe.com.br/183241_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA/). Acesso em 01 jul. 2017.

CRUZ JR, Ademar Seabra Da. *Estudos de Pesquisa e Paz: Novos Padrões e Novas Realidades.* Panorama Brasileiro de Paz e Segurança - São Paulo : Hucitec ; Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2004.

EL SAIFI, Samira; DAGNINO, Ricardo de Sampaio. Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará. *Ipea, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, 2011.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 13ª ed. São Paulo: Saraiva.

FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. *Reconceitualizar a paz e a violência: uma análise crítica*. In Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, 2008, p. 15

Galtung, Johan (1969), “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, GALTUNG, Johan. 6(3), 167-191.

“Cultural Violence”, *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3 (Aug., 1990), pp. 291-305

GALTUNG, Johan. *Transcender e Transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. Tradução de Antônio Carlos da Silva Rosa. – São Paulo : Palas Athena, 2006.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa, « Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 71 | 2005, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado em 04 de julho 2017. URL: <http://rccs.revues.org/1011>

PUREZA, José Manuel « Os Estudos para a Paz – Tendências e debates », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 71 | 2005, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado em 04 de julho 2017. URL: <http://rccs.revues.org/1330>

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos Estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o Poder Temporal. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 23, p. 63-78, nov. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 14 de julho 2017.

LAWLER, Peter (2002), “Peace Research, War, and the Problem of Focus”, *Peace Review*, 14(1), 7-14.

LEME ENGENHARIA. Relatório de Impacto Ambiental (Rima): Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Elaborado por Leme Engenharia para a Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia. Maio de 2009.

NAÇÕES UNIDAS (1998a), *Resolution A/RES/52/13: Culture of Peace*. United Nations Resolutions. Disponível em [http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk\\_sum\\_cp.htm](http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk_sum_cp.htm) [consultado em 28/04/2017].

NAÇÕES UNIDAS (1998b), *Resolution A/RES/53/243: Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace*. United Nations Resolutions. Disponível em [http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk\\_sum\\_cp.htm](http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk_sum_cp.htm) [consultado em 28/04/2017].

RAVENA, Nírvea; TEIXEIRA, Eliana. *Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos*. PONTO DE VISTA, Nº 10, outubro 2010 ISSN 1983-733X. Disponível em: [http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto\\_de\\_vista\\_01outubro2010.pdf](http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01outubro2010.pdf) [consultado em 19/06/2017].

RIBEIRO, Thiago Vinícius; LIRA, Érico da Cruz. **Johan Galtung e os Estudos para Paz nas Relações Internacionais**. Apresentado na modalidade RESUMO EXPANDIDO no VI Encontro Científico da VII Semana Acadêmica de Relações Internacionais, 21 de novembro de 2016, Dourados – MS, Brasil.

RODRIGUES, Luciana Rosa. A MODERNA SOCIEDADE DE RISCO E A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 8, p. 276-285, abr. 2013. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8272>>. Acesso em: 27 jun. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/198136948272>.

RUFINO, Belise Meister Arnold. O bem comum como finalidade da democracia liberal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 122, jan 2014. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14599](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14599)>. Acesso em abr 2017.

SCHUMPETER, Josef. A Doutrina Clássica da Democracia. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradutor: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 300.

SILVA, A. M. Belo Monte: O antagonismo do progresso. Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2011.

SILVA, José Afonso da. Do Princípio Democrático e Garantia dos Direitos. In: \_\_\_\_\_. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23 ed. rev e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p.125-126.

GUZMÁN, Vicent Martínez. « Filosofia e investigação para a paz », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 71 | 2005, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 04 Julho 2017. URL : <http://rccs.revues.org/1015>

WIBERG, Hakan (2005), “Investigação para a paz: passado, presente e futuro”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 21-42.